



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**WILLY CARDOSO SOUSA**

**“OS VULNERÁVEIS” – A LUTA E A RESISTÊNCIA DE PERMANECER NA  
UNIVERSIDADE**

**MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)**

**2020**

WILLY CARDOSO SOUSA

“OS VULNERÁVEIS” – A LUTA E A RESISTÊNCIA DE PERMANECER NA  
UNIVERSIDADE

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire dos Santos.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S725

Sousa, Willy Cardoso.

"Os vulneráveis" – A luta e a resistência de permanecer na universidade. / Willy Cardoso Sousa. – Miracema, TO, 2020.  
72 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2020.  
Orientadora : Rosemeire dos Santos

1. Assistência estudantil. 2. Serviço social. 3. Política social. 4.  
Universidade. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**


WILLY CARDOSO SOUSA


**"OS VULNERÁVEIS" – A LUTA E A RESISTÊNCIA DE PERMANECER NA  
UNIVERSIDADE**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire dos Santos.

Data de aprovação 19/06/2020

Banca Examinadora

  
Prof.ª Dr.ª Rosemeire dos Santos

  
Prof.ª Ms. Raí Vieira Soares

  
Especialista Eurizane Oliveira Barros

Este trabalho é dedicado ao meu amado  
avô materno, Aldo Barbosa.

## AGRADECIMENTOS

De tantas palavras digitadas, faltam-me palavras neste momento para agradecer, porém, agradecer quem? A mim... Talvez. Mas, agradeço:

À minha orientadora *Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire dos Santos* por ter tido muita paciência com este jovem em formação acadêmica. Seus ensinamentos e, em especial, puxões de orelha e conselhos, com toda certeza, me fizeram ser quem sou.

Aos meus pais *Valdire Maria* e *Carlos Augusto*; às minhas irmãs, *Carla* e *Carina*; aos meus irmãos *Lyon* e *Mauricio*; minhas sobrinhas *Teresa*, *Mariana*, *Ana Carine* e *Ana Lis*. Amo muito vocês.

À minha amada namorada, amiga e companheira *Helen Cristina* que mesmo estando em processo de construção de monografia, ofereceu-me total apoio, principalmente nos momentos mais difíceis, muito obrigado por tudo que você faz e fez para mim. Eu te amo!

Às minhas companheiras *Andréia Andrade*, *Diana Coelho*, *Inghithy Martins*, *Lanna Jackelyne*, *Laura Xavier*, *Rosiane Fernandes* e *Sallana Ribeiro*, por estarem comigo nesta caminhada. Sem vocês, esse trabalho não teria acontecido. Sou muito grato pela amizade de cada uma de vocês. Amo vocês demais.

Às amigas da querida ENESSO, vou guardar eternamente em meu coração e levarei por toda minha carreira profissional, que nos encontremos nos espaços profissionais.

As companheiras da Coordenação Nacional da ENESSO (Gestão 2018/19 - Quando resistir faz parte da estrada, é TUDO ou NADA). Sou muito grato pelos conselhos e apoio. Que nos encontremos novamente.

Às companheiras da vida universitária, sintam-se contemplados com este trabalho, agradeço pelo apoio, amizade e confiança, meu grande e forte abraço.

Aos/as companheiros/as do *OcupaUFT Miracema*, saibam que vocês fazem parte da minha formação pessoal e profissional. Gratidão.

E lembrem-se “*é na luta que a gente se encontra!*”.

[...] vou tentar e tentar  
Até meu caminhar se cansar  
E meu olho fechar  
Até eu poder compartilhar essa luta com  
outras e outros  
Compartilhar esse fogo que fica dentro de  
mim  
E, espero,  
Não vai se extinguir.

Sofia Carneiro, 2019.

## RESUMO

Contando com a experiência do pesquisador na participação do movimento estudantil de serviço social, bem como a realização do estágio obrigatório para a formação em Serviço Social na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Tocantins (PROEST-UFT), a presente monografia buscou conhecer e refletir sobre as especificidades do Programa Nacional de Assistência Estudantil em atender as demandas dos estudantes, em específico, da Universidade Federal do Tocantins oriundos da rede pública de educação básica. Por meio do resgate sócio-histórico, o trabalho aqui demonstrado, buscou-se destacar a trajetória de luta, mudanças e ressignificações do Serviço Social brasileiro desde os anos de 1930 até a atualidade. Processos de contrarreformas, privatização, mercantilização e expansão ao ensino superior brasileiro, abrangendo desde os governos: Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, conjuntamente abordando sobre os ataques praticados pelo (des) governo genocida, antidemocrático e fascista às universidades e institutos federais de ensino superior. Embora a política de assistência estudantil não seja considerada como parte integrante do processo de formação acadêmica, ela de certa forma garante: o acesso, a permanência, a luta e o sucesso do estudante na conclusão do curso de ensino superior, para que o esteja preparado para o mercado de trabalho. Para a confecção do referido trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando de fontes secundárias previamente selecionadas destacando-se entre estas a utilização de livros, artigos acadêmicos e matérias jornalísticas que pudessem facilitar o entendimento da área de estudo abordada.

**Palavras-chave:** assistência estudantil; serviço social; política social.



## **ABSTRACT**

With the experience of the researcher in the participation of the student movement of social work, as well as the completion of the mandatory internship for training in Social Work at the Dean of Student Affairs of the Federal University of Tocantins (PROEST-UFT), this monograph sought to know and reflect on the specificities of the National Student Assistance Program in meeting the demands of students, specifically, from the Federal University of Tocantins from the public basic education network. Through the socio-historical rescue, the work shown here, sought to highlight the trajectory of struggle, changes and resignifications of the Brazilian Social Work from the 1930s to the present. Counter-reforms, privatization, commercialization and expansion to Brazilian higher education processes, covering since the governments: Fernando Henrique Cardoso, Lula and Dilma, jointly addressing the attacks carried out by the genocidal, anti-democratic and fascist (de) government on universities and federal educational institutes higher. Although the student assistance policy is not considered an integral part of the academic education process, it does in a certain way guarantee: access, permanence, struggle and student success at the conclusion of the higher education course, so that it is prepared to the labor market. For the preparation of the referred work, a bibliographical and documentary research was carried out, using secondary sources previously selected, highlighting among them the use of books, academic articles and journalistic materials that could facilitate the understanding of the studied area.

**Key words:** student assistance; social work; social policy.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Graduando (as) da UFT segundo forma de ingresso.....	57
Tabela 2 – Vulnerabilidade socioeconômica dos(as) estudantes nos programas de Assistência Estudantil da UFT.....	60

## LISTA DE SIGLAS

AS	Assistência Estudantil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BH	Belo Horizonte
BM	Banco Mundial
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEP	Código de Ética Profissional
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CF	Constituição Federal
CONASS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EaD	Educação à Distância
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES	Instituições de Ensino Superior
JK	Juscelino Kubitschek
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
OMC	Organização Mundial do Comércio
PT	Partido dos Trabalhadores
PEC	Projeto/Proposta de Ementa Complementar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROEST	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI	Programa Universidade para todos

REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades
Federais	
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e
Cultura	
UFT	Universidade Federal do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 O SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DA PROFISSÃO...16</b>	<b>16</b>
2.1 Serviço Social e o processo sócio-histórico.....	16
2.2 Serviço Social contemporâneo.....	35
<b>3 DEBATES SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E AS “CONTRARREFORMAS” DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.....</b>	<b>40</b>
3.1 “Contrarreformas” do ensino superior brasileiro.....	40
3.2 Serviço Social e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).....	47
<b>4 “OS VULNERÁVEIS” E O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>54</b>
4.1 Procedimentos metodológicos .....	54
4.2 Análises e discussões.....	55
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente monografia intitulada “Os Vulneráveis’ – A Luta e a Resistência de Permanecer na Universidade”, busca identificar se o Programa Nacional de Assistência Estudantil vem cumprindo com o objetivo a que se propõe: garantir o acesso dos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ingressantes na universidade, a sua permanência e diminuir a evasão no ensino superior, com base nos dados divulgados pela ANDIFES intitulada “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES” (2018), conjuntamente por dados apresentados pela Universidade Federal do Tocantins sobre o perfil do discente usuário da Assistência Estudantil.

A metodologia aplicada na construção deste trabalho deu-se por meio de pesquisa bibliográfica baseando em artigos e demais publicações referentes ao Serviço Social e a Educação, com o foco na Assistência Estudantil.

Destaca-se que pesquisa documental foi importante para a construção, a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (2018), deu-se como um importante documento para a construção e compreensão do perfil do estudante universitário, e ainda com dados apresentados e repassados pela PROAP/UFT e PROEST/UFT, foram essenciais para traçar o perfil do estudante “vulnerável” e usuário do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no presente trabalho.

No primeiro momento, buscou-se traçar o processo sócio-histórico do Serviço Social brasileiro, uma profissão dinâmica que possui um curto, mas belo processo histórico. Em seu princípio, o Serviço Social serviu aos propósitos da burguesia e da Igreja Católica, que utilizou os primeiros profissionais, para, de forma indireta, amenizar os conflitos entre a classe operária que era absorvida pelo sistema capitalista em ascensão, e para adestramento da população tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos da América (EUA).

No Brasil, sua origem está atrelada aos movimentos sociais, desenvolvidos pela Igreja Católica objetivando recristianizar a sociedade. Com o tempo, enquanto profissão, passou a situar-se no processo de reprodução das relações sociais, sendo subsidiária no exercício do controle social, bem como na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe dominada.

Hoje, o Assistente Social modifica e (re) configura a sua forma de atuação profissional, levando em consideração a demanda que lhe é colocado, respondendo às exigências da população usuária garantindo seu direito, e atuando frente às contradições da sociedade capitalista.

No segundo momento, traçou-se um panorama do processo de privatização, expansão e mercantilização das universidades públicas no Brasil, abordando em conjunto ao crescimento do Ensino à Distância (EaD), com o foco nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula e Dilma, e os ataques que as Instituições de Ensino Superior sofrem nos anos de 2019 e 2020.

Analizou-se também a função do PNAES como política para a acesso/permanência dos estudantes durante o período de tempo necessário para conclusão do curso superior.

A Assistência Estudantil (AE) pode ser traduzida como um mecanismo de direito social que transita por diversas áreas, compreendendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos (moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros) para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior.

Em âmbito nacional, a AE define seu público-alvo prioritário os estudantes advindos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010). As ações da AE devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho do estudante, atuando, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, culturais e etc.

Entretanto, o programa assume um caráter seletivo, e não universal, uma característica de toda política social hoje no Brasil (SILVEIRA, 2012). Desta maneira, a AE apela à noção de mérito, ao transferir para os estudantes, atributos como *capacidade, competência, habilidade e talento*, a responsabilidade por sua entrada na universidade e o merecimento de ser “**bolsista**”.

No tocante, a luta estudantil para efetivação do PNAES se faz importante, tendo em vista que, a Assistência Estudantil na educação superior tem por finalidade a destinação de recursos e mecanismos para que os estudantes possam **acessar, permanecer e concluir**. Sendo assim, tais ações devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, como também, habitacional, social, alimentar e culturais.

Concordamos quando Abramides (2012; p. 7) destaca que “[...] a luta pelo ensino público, laico, universal, de qualidade, presencial, de acesso e permanência a todos é uma luta histórica da classe trabalhadora no Brasil”, uma luta a qual os estudantes, com apoio das entidades estudantis, movimentos sociais e partidos políticos travam há anos.

Por experiência curta na área da Educação, em especial, na gestão da Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins (UFT), com estágio supervisionado realizado na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), compreende-se que a postura do profissional de Serviço Social na execução das ações previstas pelo PNAES é direcionada na garantia dos direitos e o compromisso com os seus usuários, pautada inteiramente na equidade e na igualdade, e não apenas estar preso à renda *per capita* dos estudantes que procuram por auxílios estudantis.

Entretanto, qualquer profissional estaria habilitado para realizar esta tarefa, todavia, o papel do Assistente Social inserido neste programa, deve ir além de planejar e executar, e sim, analisar todo o contexto da realidade social do estudante, e sustentar seu parecer social que ultrapasse o âmbito das normativas previstas no PNAES e nos editais divulgados pela instituição.



## 2 O SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DA PROFISSÃO

*O Serviço Social renova-se a cada dia.*

### 2.1 Serviço Social e o processo sócio-histórico

Esse capítulo dedicou-se a uma análise sobre o movimento sócio histórico do Serviço Social brasileiro, desde sua institucionalização com o viés conservador<sup>1</sup>, higienista e voltado aos interesses da burguesia, até um processo de tentativa de ruptura que defenda os interesses da classe trabalhadora, e das minorias como a população LGBT, negra e segmentos populacionais que encontram-se em situação de vulnerabilidade social<sup>2</sup>, assim, se faz necessária a compreensão do processo sócio histórico da profissão e a apreensão que o Serviço Social tem suas bases iniciais na Europa, em especial no século XIX, período marcado pela Revolução Industrial, a grande expansão do modo de produção capitalista, e consequentemente o crescimento das expressões da Questão Social<sup>3</sup> e para amenizar os impactos, a burguesia providenciava pequenas ações assistencialistas para com a população.

O Serviço Social na sua gênese é desenvolvido para atender as necessidades do capitalismo e do Estado, apoiado na doutrina social da Igreja Católica na perspectiva de recristianização da sociedade, tendo por objetivo remediar as deficiências dos indivíduos e no ajustar a população à ordem social que a ela era imposta (CARVALHO NETO; SANTOS, 2011; p.33).

Em sua gênese, o Serviço Social não se destacava como profissão revolucionária, muito menos atuante junto aos movimentos sociais, políticos e

---

<sup>1</sup> *Grifos nossos*: O conservadorismo é o projeto da classe dominante que tem por objetivo o Estado mínimo, o controle das famílias pobres, o individualismo, a meritocracia, o abuso, a opressão e exploração da classe trabalhadora. Vale ressaltar que, como destaca Boschetti (2015) o conservadorismo nunca foi algo novo ou criado no século atual, pois, haja vista que ele “[...] é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, [...] é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor”.

<sup>2</sup> Para entendimento, a vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão/inclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos, habitacionais e culturais.

<sup>3</sup> A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista. Iamamoto e Carvalho (2007) trazem que a questão social “[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”.

estudantis como nos tempos atuais, mas que sobrepujava um enorme caráter conservador pautado principalmente pelas premissas doutrinárias da Igreja Católica.

A origem do Serviço Social como profissão tem a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo -, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido (MARTINELLI, 2009; p. 66).

O processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil, como também nos países europeus, foi fruto da aliança<sup>4</sup> entre Burguesia, Igreja e Estado, para atender todos os interesses da classe burguesa, que tentava desarticular a classe operária, que sofria pelas relações sociais e a relação *capital x trabalho*.

Com um histórico de busca pela construção de sua identidade profissional, inserido nas relações que se estabelecem na sociedade, o Serviço Social, em seu período institucionalização, alinhou-se a um projeto conservador, voltado principalmente para o controle dos sujeitos e famílias dentro da ordem capitalista, tendo como referência a doutrina social da Igreja Católica, expressa especialmente nas encíclicas papais *Rerum Novarum de 1891* e *Quadragesimo Anno de 1931*.

Por mais que as encíclicas apresentassem um papel fundamental no Serviço Social Brasileiro em seus primórdios, tendo em vista que o Serviço Social era diretamente ligado à igreja católica, ambas possuíam o objetivo de recuperar a hegemonia ideológica da Igreja. Vale destacar que, estas encíclicas, adotavam um posicionamento antiliberal e antissocialista.

A *Rerum Novarum*, apresentava apoio a organização dos trabalhadores em sindicatos, negava o socialismo e defendia a propriedade privada, e ainda defendia a conciliação entre as classes sociais, em que, o trabalhador assalariado deveria aceitar sua condição e fazer acordos com o empregador. A encíclica *Quadragesimo Anno*, foi uma comemoração pelos 40 anos da *Rerum Novarum*, no período desta encíclica, foi possível em 1925, a criação da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) com o papel de enfatizar a importância do Serviço Social no mundo, estimulando a criação de escolas de Serviço Social em

---

<sup>4</sup> A aliança destes três blocos, está ligado principalmente para quebrar a organização dos movimentos sindicais, que estavam ganhando força no Brasil na década de 1930. E para compreensão deste período, Iamamoto e Carvalho (2007) discorrem que com o crescimento dos movimentos sindicais e sociais, em sua grande maioria resistentes às repressões, outros foram fechados por reivindicarem seus direitos, e muitos dos líderes, sofreram perseguições, onde foram presos, deportados ou até mesmo mortos.

todo mundo, principalmente na América Latina, e resultado disso foi a fundação das escolas no Brasil em 1936 e 1937 São Paulo e Rio de Janeiro respectivamente.

Dito isto, foi com referência nestas encíclicas que a profissão fundamentou e estabeleceu seus primeiros objetivos, delimitados no pensamento dogmático e conservador. Reafirmando a aliança do Estado, da Igreja e da Burguesia, para a manutenção da autocracia burguesa.

Cabe destacar os objetivos, em sua grande maioria eram fortemente estabelecidos pela Igreja Católica perante a sociedade, em especial, a classe trabalhadora, e executados pelas damas da alta burguesia, que sentiam a necessidade de *ajudar*<sup>5</sup> aqueles que se encontravam em situação humanamente vulnerável, ocasionados pela desigualdade social existente, e a ação do Estado era principalmente a repressão dos vulneráveis.

Tem-se que colocar em pauta que a Revolução Industrial<sup>6</sup> ocorreu de uma maneira na Europa Ocidental e outra no Brasil, mas vale destacar que os processos de exploração e o binômio exclusão/inclusão dos trabalhadores do campo resultou em diversas expressões da questão social, tais como, exploração do trabalho, a fome, falta de moradia, entre outras, tanto para quem saiu do campo para os centros urbanos, como para os que ficaram no campo.

Na corrida desigual do capitalismo, apenas uma classe se sobressai acima das outras, a classe burguesa detentora dos meios de produção, que por sua vez, o único objetivo é a acumulação de riquezas, e não apenas isto,

[...] acumular capital significava, porém, acumular proletariado, que crescia em ritmo muito mais rápido do que a capacidade de absorção do mercado. [...] Circulando perifericamente pelo mercado e aguardando a oportunidade de nele adentrar, essa população trazia sempre a possibilidade de manter uma alta rotatividade de sua mão-de-obra, substituindo os que questionavam, afastando os que reivindicavam. (MARTINELLI, 2000; p.79).

Yazbek (1980) analisando todo este contexto da formação socioeconômica da sociedade brasileira, destaca a necessidade posta de “[...] um trabalho de assistência cada vez mais rigorosamente controlado e fundamentado em

---

<sup>5</sup> Grifos nossos, para enfatizar o quanto este termo é, de certo modo, repudiado pelos Assistentes Sociais e estudantes de Serviço Social. Contudo, devemos saber diferenciar *ajuda* do trabalho profissional do assistente social, bem como o papel da política de *assistência social*.

<sup>6</sup> Tomemos nota que, o processo de Revolução Industrial se deu de forma e datas históricas diferentes no Brasil e na Europa, como já discorre Behring e Boschetti (2011) “não fomos o berço da Revolução Industrial e as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se diferente dos países europeus” (*ibidem*, 2011; p. 71).

conhecimentos técnicos”, pois o crescimento das expressões da “questão social” é nítido consequência da “[...] formação de grandes aglomerados urbanos, a promiscuidade, a doença, a falta de habitação, a miséria, a exploração, o desemprego, o trabalho de menores e mulheres em jornadas excessivas de trabalho” (YAZBEK, 1980; p. 15).

Estes aglomerados urbanos citado por Yazbek (1980), foi resultado da migração do povo do campo para cidade, causado pelo efeito de transição da economia brasileira, agrário-exportadora para agroindustrial, que advém dos efeitos da grande crise de 1929<sup>7</sup>.

[...] a constituição das nossas classes sociais, está repleta de passagens que fornecem ilustrações desse teor predominantemente conservador, de conciliação com o “atraso”. Essas relações são importantes não apenas do ponto de vista da correlação de forças que se erige como dominante na vida política brasileira. São importantes, fundamentalmente, pelas determinações introduzidas por esse “atraso” nas opções concretas de política econômica que constituíram historicamente o capitalismo brasileiro (SANTOS, 2008; p. 58).

O processo de êxodo rural, crise do mercado mundial e desenvolvimento do capitalismo monopolista, afetou toda uma população invisibilizada, negra, pobre, desempregada, que não conseguiam ter uma profissionalização muito menos acesso ao mercado de trabalho do meio urbano, vale destacar que este mercado é excludente, seletivo e racista<sup>8</sup>, como afirma Fernandes (2017):

Sob o capitalismo monopolista as empresas sofreram alterações profundas em sua organização [...] um vasto excedente populacional era atraído pelo modo de produção capitalista [...] massas migrantes, aumentavam os contingentes de negros e mestiços, [...] os contrastes entre classes e raças tornam-se nítidos (FERNANDES, 2017; p. 57).

Destaca-se ainda que “[...] apesar de toda riqueza e potencial econômico, ambiental e territorial, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo” (DALMAR; SILVA JÚNIOR, 2014), visto que não deixou de lado suas origens

---

<sup>7</sup> A Crise de 1929 atingiu em cheio a economia do Brasil, um país ainda visto pelos grandes capitalistas como ainda uma colônia e agroexportador (YAZBEK, 1980), muito dependente das exportações de um único produto, o café. Com a crise, a exportação deste produto enfraqueceu muito e os preços do café brasileiro desmoronaram. Para que não houvesse uma maior desvalorização, o governo comprou e queimou toneladas de café.

<sup>8</sup> Vale destacar que, o Brasil ainda não conseguiu esquecer os efeitos do processo de escravidão ocorrido no período colonial, e por mais que seja debatido este tema, que seja traçados caminhos para igualdade racial, haverá ainda uma elite que lutara por sua elite, como aponta Fernandes (2017) “[...] uma revolução das elites, pelas elites e para as elites [...]” (ibidem, 2017; p. 30).

coloniais, ou seja, os meios de produção e consequentemente a acumulação de capital que se restringem às grandes famílias herdeiras das oligarquias coloniais.

Diante do contexto de pauperização da população trabalhadora<sup>9</sup> e desempregada vindas da zona rural, em 1930, o Serviço Social tem suas primeiras aparições em solo brasileiro, reafirmando a influência da Igreja Católica da qual prestava caridade às pessoas por meio das damas da alta burguesia brasileira.

[...] o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no 'mundo temporal', nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2011; p. 18).

Cabe ainda reafirmar os pressupostos dado a profissão em que:

O Serviço Social atendia aos anseios do Estado e da burguesia no controle e manutenção da sociedade perante as manifestações que se engendravam, reproduziam as relações sociais de produção determinadas pelo capitalismo (CARVALHO NETO e SANTOS, 2011; p. 37)

Para amenizar os efeitos causados pelo excedente de pessoas no meio urbano, foi necessário responder à “questão social com políticas sociais, como forma de amenizar os conflitos sociais” (CARVALHO NETO; SANTOS. 2011). Todavia, concordamos com os autores quando destacam que [...] “as políticas sociais, permitem ao Estado a manutenção ideológica e social de produção, mantém a relação de benevolência do Estado frente a sociedade” (CARVALHO NETO; SANTOS. 2011; p. 36).

No Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), ao analisar a realidade social do país, reconheceu a existência da “questão social”, que até então era tratada como caso de polícia, e passa a ser compreendida como um problema social, todavia, cabe destacar que o reconhecimento da questão social e suas expressões, não descaracteriza o viés conservador e policialesco nas ações voltadas aos trabalhadores e suas famílias. E com o intuito de proporcionar a proteção social e como estratégia de controle social e ideológico, criou o Ministério do Trabalho,

---

<sup>9</sup> Compreende-se que mesmo a pessoa esteja inserida mercado de trabalho, nada o impede de passar por um processo de pauperização ou de inclusão/exclusão.

Indústria e Comércio<sup>10</sup>, com um viés estritamente voltados à relacionar o Estado ao setor industrial (YAZBEK, 1980), cabe ainda afirmar que as ações assistenciais promovidas pelo governo restringia aos trabalhadores com emprego formal, ou seja, com uma seletividade de proteção social.

Vargas implanta o Estado Novo cujo principal objetivo era atender reivindicações dos setores populares. Um ponto que deve ser destacado, é que esse modelo de regime político implantado por Vargas, tinha um viés de superar a luta de classes através da repressão e do controle social.

Por mais que a industrialização estivesse ainda engatinhando no país, a burguesia juntou forças para que o Brasil pudesse entrar no mundo capitalizado, dando talvez, o fim ao seu modo de agroexportador.

Com a intensificação do modelo agroindustrial e o desenvolvimento de um capitalismo monopolista a brasileira, em que os interesses das oligarquias são predominantes, resulta em um êxodo rural, em que a classe trabalhadora busca nos centros urbanos melhores condições de sobrevivência, o que resulta num aumento da mão de obra, ou seja, o exército industrial de reserva aumenta, e ainda o Estado tem como direção política a repressão dos movimentos operários. Todavia, na tentativa de amenizar os conflitos e as expressões da “questão social”:

A Igreja Católica intensificou seu trabalho de mobilização de católicos leigos, tendo como perspectiva a difusão do pensamento social da Igreja. Diante deste processo, organizam-se movimentos de Ação Social, Ação Católica e voltam-se os esforços para Obras Sociais (YAZBEK, 1980; p. 21-22)

E nessa tentativa de ganhar espaço, a Igreja exerce sua influência nas ações sociais, bem como nas ações políticas e econômicas no Brasil, permitindo afirmar que “[...] a Igreja percebe que o político possui uma base através da fé e que a religião se estrutura através da força do estado, [...] criando assim uma ligação com o Estado para manter sua dominância perante a sociedade [...]” (LEORATO, 2017; p. 25).

A influência da Igreja Católica foi decisiva junto aos leigos que buscavam a formação em ações sociais, assim procuravam enquadrá-los nas pastorais e movimentos ligados à Igreja, mantendo seu papel junto à sociedade, de caridade, assistencialismo e evangelização.

---

<sup>10</sup> Decreto nº 19.433 de 26 de novembro de 1930.

É importante destacar que no Brasil o Serviço Social teve sua origem a partir do amplo movimento social, desenvolvido pela Igreja Católica objetivando recristianizar a sociedade.

São inegáveis os vínculos conservadores da profissão desde a sua origem, marcada pelo capitalismo na era dos monopólios e pela agudização da questão social reconhecida, no caso brasileiro, pelo modelo urbano-industrial, claramente assumido no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e pela tendência crescente da Igreja Católica - nessa mesma época - em 'recristianizar' a sociedade apoiando-se na modernização das ações leigas (SILVA, 2008; p. 2).

Reafirmando o início do Serviço Social Tradicional, e ainda absorvendo do pensamento de Leorato (2017) quando ela comenta sobre a tímida atuação do ainda não denominado "Assistente Social" que,

[...] em seus primeiros anos de trabalho no Brasil, bem como a nível de América Latina, possuía caráter assistencialista, influenciado pela Igreja Católica, realizava seus trabalhos na sociedade de forma a privilegiar a ordem burguesa, sendo então denominado Serviço Social tradicional, a profissão, apesar de buscar aperfeiçoamento com o passar dos anos, foi marcada pelo tradicionalismo (LEORATO, 2017; p. 25).

Como uma *profissão* totalmente voltada às damas da alta sociedade "interessadas no estudo de problemas sociais, que buscavam [...] orientar, esclarecer ideias e formar um julgamento acertado face às questões sociais" (YAZBEK, 1980) e estas *futuras profissionais* traziam como o objetivo principal a adaptação e a transformação de determinados grupos na sociedade, logo tinham a *necessidade* de intervir na formação moral, intelectual e social das famílias, e não na intervenção da realidade social das mesmas.

A criação da 1ª Escola de Serviço Social, é um marco para a história da profissão no Brasil, todavia, cabe destacar que a direção e a postura de atuação, estava pautada pelo Centro de Estudos e Ação Social - CEAS, cuja suas atividades norteavam para a formação técnica especializada de quadros para a ação social, filantrópica e para a difusão da doutrina social da Igreja.

O CEAS foi o considerado como o vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil [...] o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa, respaldada por Assistentes Sociais belgas que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social (MANRIQUE CASTRO, 2008; p. 103).

A primeira Escola de Serviço Social, um avanço, na época e um marco para o Serviço Social brasileiro, pois garantiu a formação profissional das “Assistentes Sociais” no Brasil, sendo influenciadas pela classe dominante, e posicionavam principalmente no exercício do controle social, de ajustamento e na propagação da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora (MANRIQUE CASTRO, 2008; p. 103)

Martinelli (2011; p. 131) discorre que, “[...] a ausência de identidade profissional, de projeto profissional, determinava uma grande fragilidade em termos de consciência política e social”, e isto prejudica extremamente na atuação e no entendimento da realidade.

Entretanto, o Serviço Social tradicional tinha uma vertente que se baseava na perspectiva conservadora e positivista adaptada no modelo norte americano psicanalista tecnicista (caso, grupo e comunidade)<sup>11</sup> focada no ajustamento, pois as profissionais tinham o objetivo de promover a adaptação e a transformação desses grupos na sociedade, pois o que se enxergava, era a necessidade de intervir na formação moral, intelectual e social das famílias.

Contudo, como apresenta Martinelli (2007; p. 134) o “Serviço Social permanecia preso aos interesses da burguesia, produzindo práticas que respondiam simetricamente às demandas por ela estabelecidas”. E neste período, as *expressões da questão social*<sup>12</sup>, era considerada apenas como uma questão moral e religiosa, em que o *homem* era o único culpado, por não se inserir no mercado de trabalho ou de não ser autossuficiente.

Para Iamamoto e Carvalho (1995), a profissão ainda era um projeto embrionário de intervenção, pautado pelos princípios neotomista<sup>13</sup> e, não entendendo o homem como ser ontológico e sem se direcionar para a identificação de uma produção reprodutora de relações sociais.

---

<sup>11</sup> O Serviço Social brasileiro possui em sua trajetória de formação uma referência norte-americana que influenciou seu projeto profissional, e em destaque, recomendamos a obra *Diagnóstico Social* de Mary Richmond de 1917.

<sup>12</sup> Iamamoto e Carvalho (2008; p. 177) indicam que “a *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte da classe dominante e do Estado”.

<sup>13</sup> O neotomismo caracteriza o homem como ser dotado de razão, de capacidade de realizar escolhas, sendo “ao mesmo tempo, criatura finita e imagem e semelhança de Deus” (Ortiz, 2007; p. 133)



Porém, segundo Paulo Netto (2001), o caminho para a profissionalização só será construído pelos próprios Assistentes Sociais se inserindo em atividades interventivas e assim reordenando seus espaços de intervenção.

Não se trata de um deslocamento simples: as agências em que se deslocam as protoformas do Serviço Social pensam-nas e realizam-nas como conjunto de ações não só derivadas menos de necessidade ou demandas sociais do que de impulsões ética-morais, mas especialmente como atividades exteriores à lógica do mercado (e daí também o privilégio do trabalho gracioso e voluntário, 'comunitário'); apenas quando saltam para fora dessas agências, ou quando elas passam a subordinar-se a uma orientação diversa, e que os agentes podem empreender o caminho da profissionalização ainda que, repita-se, nestas passagens, conservem o referencial produzido naquelas agências (PAULO NETTO, 2001; p. 72).

Todavia, é necessária a qualificação dos profissionais para a inserção no mercado de trabalho, e parafraseando Paulo Netto (2001)

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem a “organização da caridade”; vincula-se à *dinâmica de ordem monopólica*. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter *profissional*: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da *ocupação* de um espaço da divisão social do trabalho [...] (*ibidem*, 2001; p. 73).

Neste sentido, a profissão passou a observar as condições de vida dos trabalhadores e compreendendo melhor os problemas sociais e as contradições entre *capital x trabalho*, Yazbek (1980; p. 15) profere de que,

[...] problemas sociais clamam por assistência imediata [...] mas não bastam boas intenções, mas é necessário um trabalho de assistência cada vez mais rigorosamente centrada e fundamentada em conhecimentos técnicos. (1980; p. 15).

Vale lembrar que seus objetivos político-sociais ainda estavam pautados pelo conservadorismo na culpabilização do sujeito pela sua condição, e no ideário de controle e adequação da população. Os ideais marxistas aos poucos estavam ganhando espaço, tendo em vista a expansão do modo de produção capitalista e o crescente êxodo rural, ou seja, migração da população rural para a cidade, em busca de emprego nas fábricas.

A relação entre Serviço Social e o pensamento conservador pode ser reconhecida com a verificação de que as marcas do conservadorismo não são apenas escolhas políticas dos/as profissionais, mas referem ao projeto

societário no qual está vinculado em um determinado momento histórico (SANTOS, 2007 *apud* MATTOS, 2015; p. 187).

Em contrapartida a este processo, os operários desenvolveram movimentos reivindicatórios contra a exploração, carga horária de trabalho excedente e as péssimas condições de trabalho oferecidos pelas indústrias que eram de domínio da classe dominante. A burguesia entende este movimento como ameaçador, avaliam que estas *profissionais* pudessem exercer seu trabalho na ideia do controle social, a partir do sentido que a moral, a religião e a ordem pública estão sendo arruinadas.

[...] A preocupação do Estado com os problemas sociais, proclama por leis protetoras da classe dos menos favorecidos, faz com que seja cada vez mais necessária uma profissão que responda a essas novas exigências (YAZBEK, 1980; p. 15).

Nesse cenário de luta operária e o crescimento da profissão de Serviço Social no Brasil, surgem leis para regulamentar a relação *capital x trabalho*, estas as quais o Estado planeja para efetivar determinadas políticas públicas, no intuito de conter movimentos sociais, que aos poucos vinham ganhando visibilidade.

Entretanto, durante a Era Vargas, Behring e Boschetti (2011) apontam que, com o objetivo de impedir manifestações e reivindicações populares por melhores condições de vida e de trabalho, Vargas antecipou-se e garantiu alguns direitos a classe trabalhadora a fim de conformá-la e garantir o prestígio de sua imagem. Por este ato, ficou conhecido como “pai dos pobres” e reconhecido por sua imensa “bondade” com o povo.

Com os movimentos sociais crescendo nesse período, em especial do movimento dos trabalhadores, que reivindicavam todos os seus direitos, o reconhecimento legal de cidadania pelas leis sindicais, sociais e trabalhistas (SANTOS, 2010), assim, o Serviço Social Tradicional começa a traçar caminhos para efetivação enquanto categoria profissional, pois:

[...] as grandes instituições assistenciais abrem para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho amplo, que oferece inúmeras possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado sob domínio do bloco católico (SANTOS, 2010; p. 23-24).

Neste sentido, entende-se que como campo de intervenção, o Serviço Social

[...] atuará como instrumento de esmorecimento e conscientização quanto aos *direitos*, quanto aos *serviços* e *benefícios* proporcionados pelas instituições, e que poderão ser utilizados pelos segmentos da população para os quais são orientados. Essa ação implica, também, o esclarecimento quanto aos mecanismos necessários para sua utilização; ante a barreira burocrática a que tem serviço, o Serviço Social deverá atuar no sentido de facilitar e agilizar o acesso a eles, proporcionando maior rapidez e eficiência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006; p. 315-316).

Importante destacar que durante o período de Estado Novo no Governo Vargas, foram criadas várias instituições/autarquias de apoio ao Serviço Social no Brasil, das quais destacam-se o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), do qual possuía o objetivo de centralizar e organizar as obras assistenciais públicas e privadas, e a Legião Brasileira de Assistência (1942), com o objetivo de prover as necessidades das famílias, cujos “chefes”<sup>14</sup> haviam sido enviados para a II Guerra Mundial<sup>15</sup> (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

É neste contexto que o Serviço Social Tradicional passa fazer parte da divisão social do trabalho (remunerado) e as Assistentes Sociais passaram a adotar o “discurso institucional” do empresariado no seu fazer profissional/institucional.

O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais – estatais, autarquias ou privadas – é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. A profissão de Assistente Social apenas pode se consolidar e romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico a partir e no mercado de trabalho que se abre com aquelas entidades. A partir desse momento só é possível pensar a profissão e seus agentes concretos – sua ação na reprodução das relações sociais de produção – englobados no âmbito das estruturas institucionais. O Assistente Social aparecerá como uma categoria de assalariados – quadros médios cuja principal instância mandatária será, direta ou indiretamente, o Estado. O significado social do Serviço Social pode ser apreendido globalmente apenas em sua relação com as políticas sociais do Estado, implementadas pelas entidades sociais e assistenciais (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006; p. 309).

Dessa forma, ressalta-se que este processo de inserção da profissão na execução de políticas sociais, significou bastante para o fazer profissional, pois o

<sup>14</sup> Entende-se que a definição de “chefe” de família na época, era destinado apenas ao homem, este sendo apenas o provedor financeiro, vale ressaltar que o machismo está enraizado na sociedade até os dias atuais, pois não entende que mulher possa exercer também o papel de provedora, tanto em relações heterossexuais e homossexuais.

<sup>15</sup> Segundo Behring e Boschetti (2011), pode-se dizer que a Legião Brasileira de Assistência (LBA) se caracterizou como a mola propulsora da Assistência Social no país.

Serviço Social conseguiu assumir uma “identidade” profissional da qual foi modificando aos poucos sua atuação junto à população.

[...] a reorientação da profissão, para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, exige a qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional tendo em vista atender às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social (YAZBEK, 2009; p. 4).

Entre os anos de 1950 e 1960, com transição de governo, Juscelino Kubitschek (JK), assume o governo do país, e através de uma política de abertura da economia brasileira ao capital externo, dando ênfase ao desenvolvimento de 50 anos em 5 para o Brasil, um projeto que possibilita afirmar que o governo de JK privilegiou a política econômica e não a política social, embora as ações sociais do primeiro damismo, vinculados a LBA permaneceram com a direção de sua esposa Sara.

Com o intuito de desenvolver o país, JK buscava a todo custo à efetivação do desenvolvimento interno, ou seja, transformar o país em um grande exportador de produtos, em nota de rodapé Behring e Boschetti (2011) trazem que:

O processo de substituição de importações implica passar a produzir internamente aquilo que era importado [...]. Esse processo se deu a partir de decisões internas de restrição de importações. Para tanto, o Brasil aproveitou bem a liquidez de capitais dos anos de ouro, por meio desta estratégia desenvolvimentista (*ibidem*, 2011; p. 110).

A estratégia principal empregada por JK, durante seu pleito, foi o Plano de Metas. A educação consistia em um dos pilares deste plano. De acordo com Vieira (1985), a política educacional<sup>16</sup> era prioridade somente na medida em que impulsionava o desenvolvimento econômico. Entretanto “[...] a luta contra o analfabetismo, não assumia papel tão prioritário [...]” (VIEIRA, 1985; p. 101). Mas, era importante que algo fosse feito, e assim foi aprovada as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Em leituras, foi possível perceber que o Brasil de 1960 a 1980, enfrentou inúmeras dificuldades, principalmente em relação à educação pública, pois, conforme Vieira (1985), o analfabetismo, atingia cerca de 50% da população do país.

<sup>17</sup> Lei nº 9.394/1996 – Lei nº 4.024/1961.

Tensões são consolidadas junto à categoria de Assistentes Sociais, que esboçam algumas tentativas de novas experiências<sup>18</sup> e de vinculação aos processos de luta dos trabalhadores. O Serviço Social Tradicional encontrava-se ainda apoiado em bases técnicas, atrelado ao viés positivista, essas bases propuseram que a/o Assistente Social fosse capaz de executar programas sociais viabilizadores de soluções modernizantes, em consonância com o assumido no Brasil.

O assistente social era extremamente importante para os governos de Juscelino Kubitschek e em seguida para Jânio Quadros, na questão de trabalhar com a população impulsionando as pessoas para o desenvolvimentismo e assim gradativamente causando grandes passos para o desenvolvimento do país (LEORATO, 2017; p. 27).

Embora a profissão tenha se institucionalizado e consolidado, ela ainda estava atrelada aos interesses da Burguesia e da Igreja Católica, e como descreve Aguiar (1995, *apud* LEORATO, 2017). “[...] há Assistentes Sociais cristãos que continuam assumindo a visão tradicional da Igreja [...]” mesmo após todo o crescimento do aporte teórico-metodológico da profissão, entretanto, alguns profissionais não mantiveram a mesma linha de atuação conservadora, partindo para uma atuação de visão crítica e marxista que questiona a realidade, em destaque, as reivindicações dos estudantes universitários pela ampliação do ensino público superior (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento e direciona seus questionamentos ao Serviço Social Tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político (YAZBEK, 2009; p. 5).

Em *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, José Paulo Netto detalha que durante a Ditadura Militar (1964 – 1985) foram realizados os seminários de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978), Alto da Boa Vista (1984) e Método de BH (1972-1975), estes que foram importantes marcos para o fortalecimento e crescimento intelectual do Serviço Social.

O Seminário de Araxá (1965), denominado inicialmente por *I Seminário de Teorização do Serviço Social*, tratava dos níveis da microatuação e da macroatuação do Serviço Social. O nível da microatuação discute a prática

---

<sup>18</sup> No início dos anos 1960, alguns Assistentes Sociais buscaram promover debates relacionados à perspectiva da intenção de ruptura, principalmente no que tange na relação entre o Serviço Social e a sociedade.

profissional voltada para a prestação de serviços diretos à sociedade. Na macroatuação, o Serviço Social está voltado para a política e o planejamento (PAULO NETTO, 2008; p. 168-170).

O Seminário de Teresópolis (1967), *II Seminário de Teorização do Serviço Social*, promovido pelo CBCISS, põe o assistente social como um “funcionário do desenvolvimento”, afirma Paulo Netto (2008; p. 191). Tendo em vista que o Brasil dando início há um período ditatorial, exigia um profissional que fosse preparado para atuar nas instituições adaptadas para atender ao projeto da autocracia burguesa, vinculado ao capital internacional.

Teresópolis<sup>19</sup> “[...] apontam para a requalificação profissional do assistente social, definem nitidamente o perfil socio-técnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da ‘modernização conservadora’ [...]” (PAULO NETTO, 2008; p. 192).

Com a efervescência dos movimentos sociais, que lutavam por melhores condições de vida e trabalho, a profissão sentiu incomodada e responsável enquanto categoria profissional para contribuir neste processo, e tendo como principal questionamento, o seu fazer profissional, e Yazbek (2009; p. 7) evidencia que “é no bojo deste movimento” é necessário repensar, e realizar:

[...] questionamento à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx (YAZBEK, 2009; p. 7).

De um lado, o Serviço Social Tradicional, atrelado ao conservadorismo e próximo ao Estado, profissionais que reafirmavam o *status-quo*, e do outro, um pequeno grupo de profissionais que estavam amadurecendo o pensamento crítico da profissão, no qual percebiam as contradições do sistema capitalista e as necessidades da população, que sobreviviam em meio às desigualdades sociais<sup>20</sup>. Essa separação cresce com o Golpe Militar de 1964<sup>21</sup>, que despôs João Goulart e

<sup>19</sup> As elaborações que constam nos documentos de Araxá e de Teresópolis tinham por objetivos instrumentalizar o Assistente Social para responder às demandas do regime ditatorial, assim, não buscavam uma nova organização para a sociedade.

<sup>20</sup> Profissionais que fizeram a opção política de trabalhar em favor da classe trabalhadora, conceberam as primeiras ideias da perspectiva da intenção de ruptura. Mas esse processo foi bruta e abruptamente interrompido com o golpe de 1964 (PAULO NETTO, 2008).

<sup>21</sup> Entendo que o Golpe de 1964 foi direcionado especialmente à classe trabalhadora, que estava conquistando o que era seu por direito, e a burguesia preocupada com isso, observando o crescimento da classe dominada, movimentou-se rapidamente para acabar com isso. Neste sentido,

colocou um ponto final ao projeto de Estado desenvolvimentista, voltando o regime de desenvolvimento ao capital estrangeiro, em especial ao capital norte-americano, com muita violência (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; p. 111).

O golpe militar de 1964 instaurou uma ditadura que durou 20 anos e impulsionou um novo momento de modernização conservadora no Brasil, com importantes consequências para as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; p. 111).

O Serviço Social ficou bastante marcado no período da Ditadura Militar<sup>22</sup> (1964), os trabalhos com os setores populares diminuíram por conta do golpe, porém, resultou em um espaço de atuação e execução de políticas sociais e programas de desenvolvimento de comunidade.

A visão desenvolvimentista do processo social, ancorada na ideia de crescimento econômico, pressupunha a integração participativa de grupos ao projeto hegemônico, articulado pelo Estado e concretizado em uma grande variedade de projetos locais, como habitacionais, em que o Serviço Social se engaja de uma maneira bastante intensa (FALEIROS, 2008; p. 16 *apud* ALVES, 2017; p. 34).

Há teóricos que apontam que a Ditadura Militar beneficiou todas as classes, desde a grande burguesia até a classe dominada, porém, o seu objetivo era de retirada de direitos da classe trabalhadora, até porque Santos (2010) descreve o:

[...] regime baseado no monopólio das ações sociais do Estado, em negociações com Estado Unidos da América com ênfase no capital privado, empobrecimento da classe subalterna [...] repressão aos movimentos sociais, organizações populares, sindicatos e ao movimento estudantil (SANTOS, 2010; p. 29).

Neste período, para a categoria estudantil do Serviço Social, ficou marcado com o surgimento da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO<sup>23</sup>), que desenvolveu suas atividades até meados de 1968, quando o

---

Mbembe (2018, *apud* ALMEIDA, 2018; p. 32), diz que “o avanço do projeto neoliberal instaura o *dever negro no mundo*, ou seja, toda a violação de direitos antes era tida como *coisa de negro*, mas agora é padrão de tratamento à classe trabalhadora”.

<sup>22</sup> Ao estudar sobre a Ditadura Militar, há de se notar que os cinco presidentes eleitos de maneira indireta neste período, não hesitaram em coibir os movimentos de oposição. Repressão, autoritarismo e violência consistiam, nas principais palavras de ordem do regime.

<sup>23</sup> Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) é a entidade máxima de representação de estudantes de Serviço Social no Brasil. Para atingir os objetivos de articulação e de lutas, a Executiva está dividida em sete regiões, são elas: RI - Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; RII - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; RIII - Alagoas, Sergipe e Bahia; RIV - Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; RV -

Movimento Estudantil Brasileiro sofreu inúmeras perdas após perseguições de suas organizações durante a Ditadura Militar.

A opressão deste período ocasionou, mudanças necessárias para o desenvolvimento crítico da profissão, tanto que,

Diante do clima repressivo e autoritário, fruto das mudanças políticas da década de 60, os Assistentes Sociais refugiam-se, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional (IAMAMOTO, 2004; p. 33).

Romper é necessário, mas para que isso seja possível, é importante que tenha profissionais preocupados com o avanço, melhoria e crescimento do Serviço Social:

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma luta para alcançar novas bases de legitimação da ação social, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, pois busca colocar-se objetivamente a serviço dos interesses dos usuários (IAMAMOTO, 2000; p. 37).

Entretanto, Assistentes Sociais que seguiram a direção da militância, em especial por conta dos últimos seminários ocorridos “[...] deixaram de falar em pobre, carente, patologia social, desenvolvimento de comunidade e passaram a falar em mudanças com a população e revolução” (ESTEVÃO, 2007; p. 37). Entendendo que a proposta a intenção de ruptura é romper com as práticas tradicionais do Serviço Social.

O Método de BH<sup>24</sup> foi considerado:

[...] a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas (PAULO NETTO, 2008; p. 275).

O Método de BH contribuiu bastante para a implementação da perspectiva da intenção de ruptura, pois estabeleceu “[...] no final dos anos de 1970,

---

Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; RVI - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e RVII - São Paulo (cf. ESTATUTO DA ENTIDADE, 2013).

<sup>24</sup> O “Método BH”, formulado durante o regime militar, teve singular importância para a perspectiva da intenção de ruptura e para o Serviço Social brasileiro.



as bases para a retomada da crítica ao tradicionalismo [...]” (PAULO NETTO, 2008; p. 270).

Importante ressaltar que, a crise da ditadura em 1970, contribuiu para que a perspectiva modernizadora perdesse a sua hegemonia. Tanto que seu reformismo não foi incorporado por Assistentes Sociais mais tradicionais, como o seu conservadorismo atrelado à ditadura não atendeu de forma alguma aos profissionais críticos.

Todo este processo é importante, pois sinaliza com que o Serviço Social manteve firme o debate sobre romper com o conservadorismo, por meio da intenção de ruptura, do qual o Serviço Social Brasileiro pôde consolidar sua intelectualidade, alcançando assim o reconhecimento e validação acadêmica como área de produção de conhecimento.

Pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidas, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social (IAMAMOTO, 2000; p. 169).

O Congresso da Virada de 1979<sup>25</sup>, foi um elemento de grandes mudanças para a profissão, do qual propôs abrir novos horizontes para o Serviço Social brasileiro. Neste congresso, foi pontuado que a profissão deveria possuir sua pauta de luta por um estado democrático e não mais sob o domínio conservador, neste sentido, constituindo agora uma nova configuração de atuação, para as lutas sociais ao lado da classe trabalhadora, lutando pela defesa dos direitos humanos e à democracia.

O Código de Ética de 1986 foi importante na tentativa de alcançar o *rompimento* com o conservadorismo e a neutralidade profissional, todavia, este foi um passo gigantesco para consolidar aproximação com a classe trabalhadora, pois neste código, ocorre a quebra com a visão moralista que existia na prática dos profissionais que eram orientados pelos códigos anteriores (1947, 1965, 1975), e estabelece os princípios tendo a liberdade como valor ético central e a democracia como valor político, estes sendo mais enfatizados no CEP/1993 (BARROCO, 2008; p. 175).

---

<sup>25</sup> Recomenda-se a leitura: CFESS. *Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social – Brasília: CFESS, 2012.*

O Código de Ética de 1993, aprovado em 13 de março de 1993 pela resolução do CFESS, que define os princípios éticos fundamentais da profissão, trazendo mais autonomia à categoria e, buscando a legitimação e a garantia da qualidade dos serviços sociais prestados e à valorização da população usuária, expressando a renovação e o amadurecimento teórico-político assumido pela categoria, pois vem fortalecendo o compromisso com a classe trabalhadora, priorizando uma reflexão ética e política sobre a justiça social.

O Projeto Ético-Político Profissional<sup>26</sup> direciona o Serviço Social brasileiro para um viés político e social, que se processa e constitui cotidianamente nos espaços sócio-ocupacionais, bem como nas relações sociais da sociedade, para que o seu aprimoramento ocorra e nos direcione ao fazer profissional comprometendo principalmente com autonomia e emancipação, dos sujeitos e famílias atendidas, visando o comprometimento com o Código de Ética de 1993 que é um instrumento de suma importância para o exercício profissional, sendo uma das ferramentas mais usadas para se exercer a profissão de forma íntegra.

E é neste processo, que o Serviço Social se apresenta como uma profissão profundamente associada à história da luta de classes, e dessa forma, é necessário se modificar conforme as conjunturas políticas e sociais presentes, tomando novos direcionamentos. Assim:

É fundamental que a formação munici os profissionais e estudantes de fundamentos que lhes permitam construir alternativas de respostas profissionais às atuais requisições institucionais das políticas e dos serviços sociais que implementam (GUERRA, 2018; p. 40).

Todos estes movimentos ocorridos no Brasil, foram essenciais para o fortalecimento do Serviço Social, em especial, para o processo de tentativa de ruptura com o conservadorismo e podendo assim, garantir determinantes para a “penetração e avanço do marxismo no Serviço Social” (LOPES, 2016; p. 322), direcionando a profissão para o viés de compromisso aos interesses da classe trabalhadora.

[...] a penetração do marxismo ocorre em uma apropriação lenta em razão mesmo da *cultura religiosa conservadora* construída através de uma

---

<sup>26</sup> Atualmente o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, continua sua busca em romper com o conservadorismo, porém, apesar de ser hegemônico esse objetivo, apresenta ao mesmo tempo, por parte da categoria profissional e também estudantil, diversas manifestações conservadoras.

formação orientada pelo pragmatismo da filantropia e do assistencialismo (LOPES, 2016; p. 322).

Contudo, esse desenvolvimento e fortalecimento da profissão, em especial a partir do Código de Ética Profissional de 1993, foi importante, pois garantiu um direcionamento para o Assistente Social em ser propositivo para alcançar determinado objetivo, em especial para enfrentar os desafios que a realidade social impõe. Neste sentido:

[...] o assistente social deve superar a formalização do código, ou seja, executá-lo, legitimá-lo dentro da realidade vivenciada nos processos de trabalho, frente às manifestações sociais, as diferenças e singularidades dos sujeitos sociais envolvidos (CARVALHO NETO; SANTOS. 2011; p. 38).

A Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO<sup>27</sup>), possui grande participação e contribuição para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão, pois

[...] as contribuições da ENESSO, perpassa, historicamente, a dimensão da formação profissional, transcendendo para além de uma perspectiva acadêmica, colocando-se como elemento basilar de uma compreensão crítica de mundo (FREITAS; LIMA, 2018; p. 96).

Por mais que a ENESSO tenha garantido contribuições para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão e na reformulação do Código de Ética de 1993 (MOREIRA; CAPUTI, 2017), percebe-se que não há um retorno dos profissionais para a categoria estudantil. Todavia, os profissionais estão preocupados com a formação profissional dos estudantes, estes devem,

Refletir sobre sua responsabilidade ética e política de fortalecer o MESS em tempos umbrosos de retrocesso à opção neoconservadora, de criminalização dos movimentos sociais e ofensiva à organização coletiva, e pensar que os estudantes que são quadros do MESS poderão vir a ocupar futuramente os espaços de representação nas demais entidades da categoria (MOREIRA; CAPUTI, 2017; p. 136).

O protagonismo do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) tem sido muito importante para o fortalecimento da profissão, porém, necessita atentar-se para que hajam trabalhos de base, tanto com os estudantes para fortalecer ainda

---

<sup>27</sup> Recomenda-se a leitura do texto “História da ENESSO” para se fazer entender sobre o papel da executiva na contribuição e articulação dos estudantes no fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>

mais o movimento estudantil, como no âmbito da categoria profissional, na busca pelo fortalecimento político-organizativo das duas categorias, fazendo com que o Serviço Social não retorne às suas bases mais conservadoras. Há de se refletir que,

Os estudantes possuem papel fundamental no processo de organização política da categoria profissional e, há longas datas, vem contribuindo para a (re)construção do Serviço Social no cenário brasileiro. São estes sujeitos que colaboram na reafirmação e defesa dos valores éticos e políticos hegemônicos da categoria, se colocando na contramão dos ideários concernentes ao projeto neoliberal e neoconservador, os quais também estão presentes no corpo profissional (MOREIRA; CAPUTI, 2017).

Este breve histórico do Serviço Social proporcionou um longo processo de debates, discussões, propostas, impasses em relação à conjuntura do país, perpassando por diversas mudanças. Atualmente, a profissão baseia-se em objetivos claros: dar respostas e soluções no enfrentamento das expressões da “questão social”, sempre buscando aos interesses da classe trabalhadora e da população vulnerabilizada e permanecer presente na luta do movimento operário e popular, entendendo que ainda há um longo processo, em especial, para o fortalecimento da consciência de classe.

## **2.2 Serviço Social contemporâneo**

A Constituição Federal de 1988, é um marco de um novo tempo em que a sociedade civil brasileira avança em busca da legitimação dos seus direitos, numa sociedade democrática e para o profissional de Serviço Social, o mesmo como resultante de um processo de tentativa de ruptura com o conservadorismo, deixa de ser um agente da caridade e a profissão passa a contribuir no processo de planejamento e execução das políticas sociais como instrumento de mediação à atender e fortalecer a classe trabalhadora.

As políticas são a mediação fundamental para esse exercício. O trabalho do assistente social pode produzir resultados concretos em diversas esferas: nas condições materiais, sociais, políticas e culturais da vida de seus usuários; em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens (YAZBEK, 2018; p. 49).

Ponto importante para o fortalecimento do Serviço Social no processo de reconceituação, ocorre principalmente pela sua aproximação com a teoria social de

Marx, assim o Serviço Social apropria-se de vários pensadores que permeiam as produções teóricas e as reflexões dos profissionais da tradição marxista.

O Marxismo no início é refletido como uma vertente não configurada diretamente no pensamento de Marx, em razão de uma distorção de suas ideias pelos próprios profissionais, o que pode se chamar de “Marxismo vulgar”, mas ao longo dos anos, essa inspiração foi sendo aprofundada e melhor compreendida (LEORATO, 2017; p. 32).

Como destaca Yazbek (2018) este método é propositivo para o fortalecimento do Serviço Social, pois:

[...] propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, onde visa alcançar a essência do objeto [...] *assim*, toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação (a aparência) e a essência das coisas coincidissem imediatamente (YAZBEK, 2018; p. 66).

A teoria social de Marx influencia a instrumentalidade da prática profissional do Assistente Social que dispõe de um conjunto de procedimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que possibilitam compreender da melhor forma toda a realidade, para que o profissional tenha possibilidade e competência de dar respostas propositivas para as demandas do cotidiano dos Assistentes Sociais. Muitos profissionais buscam aplicar esta teoria em suas práticas cotidianas e, por não conseguirem reproduzem um ditado muito difundido entre a categoria profissional “na prática, a teoria é outra”.

Neste sentido, o apontamento de Guerra (2018; p. 30) reforça ainda “que a teoria social de Marx é a mais adequada e qualificada para nos orientar nessa direção de desvelar a realidade, de nos permitir identificar as situações que requisitam nosso trabalho profissional e nelas intervir, modificando-as”.

Em um constante processo de amadurecimento teórico, produções importantíssimas vieram contribuir para um novo olhar da profissão, para um novo conceito de sociedade a partir do pensamento marxista, dando assim, mais visibilidade para profissão em sua base teórica social e crítica.

Nas considerações de Iamamoto (2009), o Serviço Social brasileiro busca,

Construir uma abordagem na óptica da totalidade: em suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social, com as instâncias de poder e com as representações culturais – científicas e ético-políticas -, que influenciaram e incidiram nas sistematizações da prática e ações profissionais (IAMAMOTO, 2009; p. 190).

Na década de 1990, o Serviço Social se vê confrontado pelas transformações na sociedade brasileira, constantemente desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social, provenientes da contradição **capital x trabalho** e com a instalação do neoliberalismo<sup>28</sup> no país, que aprofunda a precarização do trabalho e agrava as condições de vida dos trabalhadores, ocasionando a “erosão do sistema público de proteção social” (YAZBEK, 2009; p. 153).

Surge um novo momento para a profissão<sup>29</sup> tendo que intervir entre as relações entre dominantes e dominados. O Serviço Social se vê desafiado em efetivar a democracia, garantir o acesso à cidadania, e efetivação de direitos aos cidadãos excluídos e vulnerabilizados. E isto se faz necessário, pois como discorre Ramos e Santos (2016; p. 225) “[...] o fortalecimento da consciência de classe consiste numa das mais relevantes conquistas, mas por se constituir num processo complexo e enraizado de tensões”, pois

A participação política constitui-se num legado grandioso do Serviço Social no Brasil [...] o protagonismo das entidades representativas da categoria (conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO) [...] este protagonismo político, seja de alguns Assistentes Sociais, não foi produzido de forma endógena à profissão (RAMOS; SANTOS, 2016; p. 216).

É imprescindível ser um profissional que procure responder com eficácia as demandas, de se comprometer com o Projeto Ético-Político Profissional, estando atento as requisições da atual conjuntura em que está inserido. Destaca Iamamoto (2009):

[...] um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2009; p. 49).

Neste sentido, a busca de atualizações e aprimoramento intelectual permite o desenvolvimento de um agir profissional com qualidade, conforme um dos

<sup>28</sup> Grifos nossos. O neoliberalismo refere-se à retomada de forma intensa do ideário liberal, o qual objetiva-se à liberdade dos mercados, as liberdades individuais, a auto-regulação dos mercados, ou seja, a não interferência do Estado na economia.

<sup>29</sup> Como abordado no item anterior, com a aprovação do CEP/1993, o Serviço Social brasileiro alia seu pensamento em prol da garantia e efetivação dos direitos da classe dominada. E a conquista do CEP/1993, se deve às habilidades e competências ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo do Assistente Social, adquiridas ao longo do movimento de lutas da categoria profissional, na qual foram criando possibilidades para responder as novas requisições profissionais.

princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social vigente. O profissional que fica reproduzindo a falácia de que “na prática, a teoria é outra”, acomoda-se teoricamente, não acompanha as modificações ocorridas, permanece na neutralidade, não acompanha ou mesmo assume uma nova percepção para uma consciência crítica que a teoria marxista trouxe à prática da profissão, alienando-se ao conceito tradicional da profissão.

No entanto, vale destacar que, a formação e a atualização do agir profissional tornaram-se determinantes para o avanço do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, de acordo com a proposta elaborada pelas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social<sup>30</sup>.

Ao reafirmar o compromisso com a teoria marxista, o Serviço Social na virada do milênio, finalmente reconhece que as relações sociais é a causa prioritária das desigualdades, sustentadas na estrutura de dominação de classes. E utilizando de Guerra (2018) “é preciso investir em um perfil de profissional que, por meio de uma postura investigativa, face à crítica ontológica do cotidiano”, fazendo necessário posicionar-se na mediação da correlação de forças, defendendo princípios como a liberdade, justiça social e a equidade na garantia dos direitos dos usuários. Entendendo para que isto ocorra sem falha e que haja a garantia e efetivação dos direitos de fato:

É preciso considerar a formação de profissionais conscientes, coerentes e compromissados, que conhecem a história na medida em que a realizam por meio de sua práxis, a qual pressupõe escolhas teleologicamente fundadas (GUERRA, 2018; p. 43).

O Movimento Estudantil de Serviço Social poderá ser também um objeto importante desse processo de formação, pois está amparado nas lutas e na concretização de novos paradigmas da práxis profissional, pois:

O movimento estudantil deve ser protagonista na qualificação da formação, contribuindo na definição do perfil profissional, do modelo de pesquisa e extensão, da qualidade do estágio, do projeto pedagógico [...] socializar o acesso ao conhecimento crítico construído como patrimônio cultural da humanidade (GUERRA, 2018; p. 43).

O ensino em Serviço Social deveria se comprometer de uma forma mais crítica, pois parte do corpo discente não se aprofunda no arcabouço teórico e sócio

---

<sup>30</sup> ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. 1996.

histórico do Serviço Social e na sua participação política frente à determinados espaços de militância, entretanto:

É fundamental repensar a prática pedagógica das escolas de Serviço Social para que, de fato, propicie o debate crítico, da investigação e da extensão, envolvendo professores, estudantes, supervisores e profissionais (CARVALHO, 1986; p. 37).

Por mais que o Serviço Social brasileiro tenha iniciado com um viés conservador, foi atualizado, mas com o passar dos anos vem sofrendo retrocessos a todo instante, na tentativa de reiterar o pensamento conservador. E assim, Moraes (2016), aponta que é necessário debater internamente sobre estes processos:

Entre fluxos e influxos, o Serviço Social se constrói, desconstrói e reconstrói marcado por práticas conservadoras, neoconservadoras e progressistas, o que cria embates no interior da categoria, reeditando antigos dilemas no exercício da profissão e demarcando um lugar para o novo conservadorismo nos tempos atuais (MORAES, 2016; p. 259).

Na necessidade cotidiana de reflexão e fortalecimento da direção hegemônica do Serviço Social brasileiro, bem como o fortalecimento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão para a continuidade de concretização do Projeto Ético-Político Profissional, dialogando com correntes sociais, centradas na tradição marxista, na luta pela garantia dos direitos da classe trabalhadora que a profissão de Serviço Social está diretamente imbricada no direito público, laico, gratuito e de qualidade para todos e todas em território nacional, sem distinção de credo, raça/etnia, sexo, por entender que a educação pode ser uma práxis transformadora da sociedade.



### 3 DEBATES SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E AS “CONTRARREFORMAS” NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

#### 3.1 “Contrarreformas” no ensino superior brasileiro

Com o avanço do neoliberalismo e juntamente com seu processo de privatização e sucateamento dos vários setores sociais, em especial, da Educação, complicou-se **efetivar** e **garantir** uma formação com qualidade.

A educação no Brasil possui um histórico de mau gerenciamento dos recursos que lhes são destinados, que, segundo seus gestores, há altos gastos com Assistência Estudantil, entretanto, como destacam Cavaignac e Da Costa (2017; p. 416) “[...] o Estado se desresponsabiliza, transferindo esta função para o mercado”, perfazendo assim o surgimento de instituições privadas com formações aligeiradas e que atendem às necessidades do Estado e também do capital, para a criação de uma mão de obra “mais barata”, bem como para o aumento do exército industrial de reserva, problema que pode contribuir com o desemprego estrutural.

Portanto, seguindo essa lógica:

Em tempos de neoliberalismo, o Estado tende, cada vez mais, a se desresponsabilizar pelo atendimento às necessidades sociais da população, em favor da expansão do mercado capitalista de bens e serviços, restringindo, desse modo, sua intervenção social nas situações de extrema pobreza, por meio de políticas públicas seletivas e focalizadas (CAVAIGNAC, DA COSTA; 2017, p. 415).

Para efeito de compreensão sobre Estado neoliberal, Burginski (2016) respaldada por Harvey (2012), define que:

O Estado neoliberal, consiste basicamente em passar à iniciativa privada, setores que antes eram geridos ou regulados pelo Estado, a fim de livrá-los de todo tipo de interferências e se deve recorrer insistentemente a novos arranjos institucionais e reorganizações internas para melhorar a posição competitiva do país diante de outros Estados no mercado “globalizado” (HARVEY, 2012 *apud* BURGINSKI, 2016; p. 175).

E esta expansão foi desenfreada, pois o Estado precisando de uma mão de obra “fácil” de ser manobrada, buscou meios de facilitar a expansão de Instituições Privadas de Ensino, situação essa muito explicada por Lima (2012) *apud* Cavaignac e Da Costa (2017):

“[...] a expansão da educação superior passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de capacitação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguês sob a imagem de uma ‘política inclusiva’” (LIMA, 2012; p. 12 *apud* CAVAINAC e DA COSTA, 2017; p. 416).

A “*contrarreforma*”<sup>31</sup> do Ensino Superior brasileiro ocorrida no início no governo FHC, beneficiou bastante para a privatização do ensino superior no Brasil, que nos oito anos de mandato, ocasionou um aumento de 110,8% no número de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas no Brasil (MARCELO; CHACON; CALDERON, 2015).

Outro ponto para destaque do governo FHC, foi em beneficiar as IES privadas com o *Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior* (FIES), criado em 2001, que destinava verbas públicas para as instituições privadas (QUEIROZ *et al*, 2015).

A expansão das Universidades e Institutos Federais no governo Lula (2003-2011) por meio do *Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI) e além da ampliação dos meios de acesso ao ensino superior privado, com o *Programa Universidade para Todos* (PROUNI) foram importantes para o fortalecimento do Ensino Superior no país.

Há de se atentar que, a democratização do acesso ao ensino superior, como destaca Soares (2020; p. 88), no Brasil ocorreu de forma diferente, sendo “[...] limitado para poucos, na verdade, para as elites, sendo considerado um verdadeiro privilégio”. Sendo assim, a Educação Superior, de modo geral, é direcionada para uma elite, ou para aqueles que detem dos melhores recursos financeiros e materiais, cabendo à classe trabalhadora, “acessar/ingressar” ao Ensino à Distância (EaD), neste sentido, acabam por acessar uma graduação aligeirada, mercadológica e conteudistas de baixo custo e que enquadre aos seus horários livres, e ainda não vivenciam o tripé da educação superior de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, Lusa *et al* (2019), destaca que uma formação aligeirada é “[...] essencial no processo de afirmação e consolidação da ideia de que seja o *único projeto possível* [...] (LUSA *et al*, 2019)” na consolidação de uma educação voltada apenas à formação da massa trabalhadora, como destaca Lusa *et al* (2019; p. 541),

---

<sup>31</sup> O emprego do termo “reforma” faz a alusão da *melhoria de algo que já existe para melhor*. E a utilização da terminologia “contrarreforma” dá o sentido de *retirada de algo ou alguma coisa*. Contudo, o termo utilizado é apenas para traçar uma crítica aos retrocessos executados pelo Estado para a população.

logo,

O projeto de educação da classe trabalhadora é determinado e imposto pela burguesia, e visa essencialmente à capacitação para o mercado. A finalidade é profissionalizar os filhos dos trabalhadores através de inúmeras escolas técnicas e de seus cursos profissionalizantes de curto prazo, cabíveis no bolso dos trabalhadores. (SILVA; SANTOS, 2017; p. 163-164 *apud* LUSA *et al*, 2019; p. 541).

Um fato de destaque é a direção que a mercantilização do ensino superior brasileiro, a partir de 2007, é o grande movimento de compra e venda das IES do setor privado, além das fusões, formando “gigantes empresas de ensino superior privado”<sup>32</sup> (MANCEBO; VALE; MARTINS; 2015).

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), os programas PROUNI<sup>33</sup> e REUNI foram conservados, sendo que entre os anos de 2007 a 2012, o REUNI<sup>34</sup> contribuiu positivamente para a oferta de novas vagas nas universidades para muitos estudantes e com a criação de novos campus em universidades já existentes (BRASIL, 2007).

Contudo, por mais que Lula e Dilma tenham priorizado a área da educação em seus governos, em especial, com a construção de novos campus de Universidades e Institutos Federais de Educação Superior no interior do país, tendo como o principal objetivo, reduzir as desigualdades sociais no país, assumindo também a perspectiva da equidade social articulada com a concepção de desenvolvimento econômico, da capacitação de mão de obra e da elevação da empregabilidade da população, vale destacar que estas políticas para a educação puderam também beneficiar as privadas, as expandindo ainda mais, e transformando a Educação em algo comercializado (FERREIRA, 2015).

Cabe destacar aqui que a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) foi para responder com os compromissos dos órgãos internacionais como as metas para o combate a fome e para a educação, ou seja, tudo também por interesse de mercado, e é neste sentido que a educação está pautada no projeto de sociabilidade burguesa, sendo eles: Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização das

<sup>32</sup> É nítido perceber nos dias atuais que grandes instituições, como Anhanguera, Unip e Unopar, estão liderando o mercado do ensino superior privado no Brasil, estas atualmente possuem polos em vários estados do país. *Grifos nossos*.

<sup>33</sup> Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

<sup>34</sup> Instituído pelo Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007 e tem com objetivos o “aumento de vagas no curso de graduação, promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que tem como propósito diminuir as desigualdades sociais no país”.

Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Grupo Banco Mundial (BM); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). (LIMA, 2005; p. 80).

Todavia, no governo Lula (2003-2010) foi implementado um conjunto de medidas provisórias, projetos de leis, decretos, que indicavam a política educacional como uma grande prioridade em sua pauta política, porém, como afirma Lima (2013; p. 23);

O primeiro eixo expressa a privatização e mercantilização da educação superior através (i) do aumento do número de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e PROUNI; (ii) da privatização interna das IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades--empresas e fundações de direito privado; e (iii) do produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPQ (*ibidem* 2013; p. 23).

Com Fernando Haddad<sup>35</sup> à frente do Ministério da Educação – MEC, no ano de 2015, mais de 2 milhões de estudantes ingressaram nas universidades privadas por meio do PROUNI. Por mais que este dado possua seu lado positivo, essa “democratização”<sup>36</sup> da educação trouxe muitos entraves, fazendo que as instituições privadas, excluíssem a pesquisa e a extensão universitária para se dedicar ao ensino direcionado ao mercado competitivo tanto entre as IES quanto entre os estudantes.

Neste processo, nota-se dois itens que destacamos como problemas fundamentais à Educação Superior: o primeiro em relação ao atendimento do deficit de vagas nas IES, sendo que a expansão, pode incluir parcela significativa da população, um exemplo, a Lei de Cotas, mas não de forma equitativa, causando maior disparidade social; o segundo entende que a Educação Superior deve ser considerada um bem público e, portanto, setores públicos e privados devem trabalhar em conjunto para garantir a superação do deficit, dando um retorno significativo para a sociedade.

A contrarreforma do Estado para a educação superior brasileira, presentes no Governo “golpista” de Michel Temer (2016), que em menos de um ano de mandato propôs medidas drásticas na tentativa de conter a crise do capital, mas

<sup>35</sup> Disponível em: <https://lula.com.br/os-governos-do-pt-fizeram-uma-verdadeira-revolucao-na-educacao-do-brasil/>. Acesso em 21/11/2019.

<sup>36</sup> “Democratizar” é o ato de tornar acessível a todas as pessoas e classes sociais, uma determinada situação, “garantindo” um acesso por igual a todos. Grifos nossos.

tais decisões trariam implicações gravíssimas para a educação pública. A aprovação da “PEC 55<sup>37</sup>” é um exemplo contundente deste desmonte, visto que, prevê o congelamento de gastos públicos em setores básicos como a educação, durante vinte anos.

Neste sentido, em relação a PEC 55, no que tange para o caso da Educação, “[...] são frequentes as transferências exorbitantes de repasses de dinheiro público para o Pronatec, Fies e Prouni, enquanto as instituições públicas de ensino superior são cada vez mais preteridas (ANDES, 2016; p. 7)”.

A política de Educação tornou-se frágil perante a presença dos organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI), estes que implementaram medidas de padronização do ensino, voltada para um modelo educacional que atendesse principalmente aos interesses do grande capital, e assim, criando uma desenfreada ampliação da *Educação à Distância (EaD)* e sua qualidade questionável pelas entidades estudantis, coletivos e entidades representativas da profissão<sup>38</sup> (NASCIMENTO, 2010).

Um fator para o crescimento do EaD no Brasil, é devido a sua metodologia de ensino, do qual:

[...] permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por disponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula, uma vez que a modalidade de EaD contribui para a formação de profissionais sem deslocá-los de seus municípios (ALVES, 2011; p. 84 *apud* SILVA, 2015; p. 26).

Concordamos com Silva (2015), sobre os apontamentos de Gomes (2013), em relação aos governos em utilizar o EaD como forma de “democratizar” o acesso e o sucesso da população que não possui tempo ou condições. Neste sentido:

O discurso da democratização do ensino tem na transformado, por vezes, em fetiche para a solução quase mágica dos problemas educacionais e, ultimamente, a EaD tem representado um papel importante também na expansão do ensino superior privado, pois tem sido utilizada para ampliar consideravelmente o número de alunos, baratear os custos e maximizar os lucros (GOMES, 2013; p. 13-14).

<sup>37</sup> Recomenda-se para apreciação: <https://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-aprovacao-da-pec-55/>.

<sup>38</sup> Recomenda-se a leitura do CFESS Manifesta “*Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social*”.

Todavia, por mais que o EaD possa “democratizar” o acesso à uma formação de nível superior à uma classe que não consegue o acesso nas universidades federais, deve-se estar atento, pois o tripé ensino, pesquisa e extensão é prejudicado, logo a formação torna-se precária, desqualificando fases importantes de uma formação de qualidade.

O Serviço Social, mostra-se contra tal forma de ensino, mas defende que, não deve-se agir de forma:

[...] excludente, nem preconceituosa, nem discriminatória. Ao contrário, em defesa da democratização do acesso, pela via da igualdade de condições, pela via do reconhecimento e materialização da educação como direito e não como mercadoria (CFESS, 2011; p. 3).

Assistentes Sociais e professores, juntamente com os estudantes busquem defender a *ferro e fogo* que haja uma Educação de qualidade, presencial e gratuita à todos, tendo em vista que, como destaca Lima (2018):

[...] primeiro a educação é um direito constitucional, segundo, porque acreditamos numa educação capaz de transformar a realidade social da classe trabalhadora e que infelizmente, ela ainda mantém a duras penas o capitalismo que exclui, mata, discrimina e que deixa milhares na linha da pobreza e no analfabetismo mundo a fora (LIMA, 2018; p. 54).

E, assim, deve-se reafirmar a todo momento o compromisso da ENESSO, ABEPSS E CFESS/CRESS, sendo necessário e imprescindível que tais entidades lutem e defendam o mesmo projeto de profissão, a formação (ABRAMIDES, 2012; p.19).

O (des) governo Bolsonaro (2019), deu sinais devastadores, em menos de um ano de mandato, de que não regulará seus esforços para implementar por completo a agenda do neoliberalismo no Brasil. O fato de realizar o contingenciamento/corte de 5% do orçamento anual do MEC, ou seja, traduzindo em números, equivale-se em R\$ 7,4 bilhões de um total de R\$ 149 bilhões<sup>39</sup>, atingindo em especial os estudantes de baixa renda matriculados em universidades públicas, que sobrevivem exclusivamente dos auxílios estudantis ofertados pela PNAES<sup>40</sup>. Afinal, os institutos e universidades federais das quais o Ministério da Educação

<sup>39</sup> Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/corte-de-35-ou-30-entenda-essa-e-outras-causas-da-paralisacao-na-educacao-nesta-quarta/>. Acesso em 29/11/2019.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/21/cortes-do-mec-podem-deixar-estudantes-de-baixa-renda-fora-da-universidade-publica/>. Acesso em 27/10/2019.

deveria cuidar, estruturar e aperfeiçoar, são a todo momento objeto de agressivos ataques (ANDIFES, 2019).

A ANDIFES (2019) manifestou-se contra tais atos cometidos pelo atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que desde que assumiu a pasta, ataca incansavelmente às universidades e institutos federais, em nota, a entidade expõe:

Todos já vimos tal agressividade ser dirigida, por exemplo, contra estudantes (sobretudo as suas lideranças), contra professores — tratados como marajás, “zebras gordas” — e mesmo contra gestores (sobretudo gestoras), como se fossem adversários. Vemos ser desvalorizada a produtividade das nossas instituições e serem atacadas, em particular, as áreas pertencentes às humanidades. E, a todo momento, números são chamados a servir à imagem distorcida de que as universidades são excessivamente caras e que, portanto, deveriam sofrer ainda mais restrições orçamentárias. Já o vimos, enfim, classificar as universidades federais como o lugar da “balbúrdia”, invocando outrora essa razão para um bloqueio orçamentário (ANDIFES, 2019).

Mas, como batalhar contra um governo que corta recursos financeiros essenciais para a manutenção das universidades? Como defender a universidade, se os estudantes são constantemente calados. Em seu trabalho, Ferrari (2019) elenca os principais ataques do governo Bolsonaro ao campo da educação:

[...] menos investimentos em ciências humanas; punição a 'balbúrdia' das universidades federais; corte orçamentário em todas as federais; cortes de bolsas da Capes; varrer a 'ideologia' no Enem; punir alunos agressores; filmar alunos cantando hino, e por fim mudar livros didáticos (FERRARI, 2019; p. 71).

Neste sentido, nota-se que o Governo Federal não está preocupado em garantir uma universidade cuja função social seja efetivamente universal, e sim, apenas direcionada a uma determinada classe, talvez, seja necessário, ou, preciso questionar os fundamentos que permitem que a educação não seja tratada como mercadoria pelo Estado.

Em tempos de pandemia<sup>41</sup>, em que a ciência, a tecnologia e produção de conhecimento advindos das universidades, estão sendo posto à prova, portarias foram publicadas, em destaque, as portarias que definiram as "prioridades" em "projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023" (PORTARIAS nº 18 e nº 19, de 20/02/2020), em que o

<sup>41</sup> A COVID-19, é a nova doença causada pelo **novo coronavírus**, denominado SARS-CoV-2. Teve seu epicentro inicial em Wuhan, na China, em dezembro de 2019. No Brasil, mais de 20 mil mortes foram registradas por COVID-19 até fim do mês de maio/2020. O Governo Federal, pouco fez em relação a epidemia.

Ministério da Educação mudou parâmetros para a concessão de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o que causará cortes para vários programas de pós-graduação brasileiros, parando pesquisas que necessitam deste recurso, e possivelmente, interrompendo-os, mas, “**e daí?**”<sup>42</sup>.

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o Governo Federal, aparentam não conhecer o país que governa, ataques direcionados às universidades públicas e privadas, é uma forma de desconsiderar todos os feitos realizados por estas entidades, e desmerecer o importante papel que elas possuem para a formação de uma nação.

Todavia, vale reconhecer a realidade de crise de muitas universidades públicas, o baixo desempenho dos estudantes, da violência dentro do campus universitário, do preconceito entre estudantes e professores e etc., impulsiona a repensar ou ressignificar as formas de pensar e vivenciar a universidade. Contudo, defender a universidade, precisa estar extramuros dos sindicatos de trabalhadores em educação e das entidades estudantis é preciso que sejam bandeiras dos diversos setores civis organizados e de diversos partidos políticos de esquerda e social-democráticos.

### **3.2 Serviço Social e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**

É importante entender sobre a atribuição da Assistência Estudantil dentro da política de Educação e os fatos históricos que fizeram dessa temática uma grande pauta da luta do movimento estudantil (ENESSO e UNE), visto que a AE é o principal programa com o qual os Assistentes Sociais trabalham no âmbito das Universidades e Institutos Federais e que os estudantes possam garantir sua permanência e sucesso acadêmico.

Para início dessa reflexão, deve-se primeiro ter ciência de que a Assistência Estudantil, é compreendida como um programa focalizado no âmbito de uma política universal que é a Educação, se inteirando parte importante do tripé Saúde, Assistência Social e Previdência Social, neste sentido, se faz importante compreender que a política de Educação está no patamar dos direitos sociais,

---

<sup>42</sup> Infeliz comentário do presidente Bolsonaro, ao ser informado que Brasil ultrapassou a China em números de mortes causadas pelo COVID-19. Fonte: [www.correiobraziliense.com.br/noticia/politica/2020/04/03/interna\\_politica,849873/amp.html](http://www.correiobraziliense.com.br/noticia/politica/2020/04/03/interna_politica,849873/amp.html)



conforme a Constituição Federal de 1988.

Ainda nesse debate, Lima (2018) embasado por (GAZOTTO; DAVID, 2014; p. 185), destaca que a Assistência Estudantil é:

[...] uma forma de concretização das políticas públicas, em nível federal e local, no que diz respeito à permanência e conclusão de curso de graduação, particularmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e fundamenta-se no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação e do decreto 7.234 de 19 de julho 2010). Esse programa efetiva-se por meio de ações que se desenvolvem nas seguintes áreas estratégicas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (GAZOTTO; DAVID, 2014; p. 185 *apud* LIMA, 2018; p. 72).

A Assistência Estudantil possui um objetivo claro, prover condições iguais de oportunidades de acesso aos estudantes universitários em situação de vulnerabilidade social, podendo assim garantir sua permanência e conclusão do curso superior:

A Assistência Estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010; p. 8).

E para não ocasionar confusão de conceitos, deve-se distinguir o entendimento da Assistência Estudantil e Assistência Social, sendo que:

A Assistência Social prestada no âmbito universitário é traduzida enquanto Assistência Estudantil e seus mecanismos e configurações são discutidos sobre o ponto de vista do direito à Educação e do direito à Assistência Social. Neste sentido, a Política de Assistência Estudantil envolve tanto a discussão sobre a democratização do ensino superior quanto à permanência do estudante na Universidade (NASCIMENTO, 2010; p. 1).

Parafraseando Souza (2011), os atuais aspectos da Assistência Estudantil em conformidade com as ações dos PNAES e sobre este espaço sócio-ocupacional que os assistentes sociais atuam, torna de suma importância compreendê-la, pois:

A Assistência Estudantil [...] transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (SOUZA, 2011; p. 3).

A finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil é principalmente de garantir apoio para a permanência ao estudante universitário, através de recursos financeiros<sup>43</sup> ou por outros serviços, em específico aos estudantes de baixa renda, com baixa condição socioeconômica, e em situação de vulnerabilidade social, afim de que possam permanecer na universidade e juntamente evitar o abandono de cursos, trancamentos e evasão.

Dessa forma, a Assistência Estudantil deve ser compreendida como um direito e seus recursos aplicados como investimento, pois seus efeitos se direcionam para formação de jovens capacitados para desenvolver e ocupar papéis estratégicos e importantes na sociedade, efetivando a mobilidade social enquanto sujeitos emancipados.

Os debates realizados sobre a política de Assistência Estudantil, nos anos de 1980, envolvendo o MEC e as entidades estudantis, como a UNE<sup>44</sup>, corroboravam a diversidade da situação socioeconômica dos estudantes das universidades no Brasil, estas que não ofereciam de forma alguma as mínimas condições de estrutura, revelando a necessidade de atividades de apoio financeiro, priorizando os estudantes economicamente desfavorecidos (FONAPRACE, 1993).

Entretanto, o PNAES, tende por não combater as inúmeras desigualdades presentes no âmbito acadêmico e muito menos por “democratizar o acesso, permanência e o sucesso”. Dentro da sala de aula, é visível a diferenças entre estudantes “ricos e pobres”, ou seja, os primeiros tiveram mais oportunidades no decorrer de sua vida, desfrutando de melhores condições para estudar, enquanto os últimos, muitas vezes trabalhando desde cedo, nunca tiveram acesso pleno ao conhecimento e lutam para adquirir materiais e arcar com os custos de alimentação

---

<sup>43</sup> Como política social, a Assistência Estudantil possui um fator interessante, pois como vivemos em um mundo regido principalmente pelo capitalismo, a AE: “pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos, quanto ser funcional à acumulação do capital e à manutenção do status vigente” (SOUZA, 2011; p. 3), ou seja, um estudante pode utilizar desta política para outros fins, que não seja relacionado à universidade.

<sup>44</sup> A Assistência Estudantil é fruto da luta de movimentos sociais, dentre os quais o movimento estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) lutou pela efetivação e garantia da assistência estudantil ao estudante como direito (ARAÚJO, BEZERRA, 2007).

e, em alguns casos, até de moradia, gerados pela graduação.

Embora essa política tenha como finalidade destinar recursos financeiros e mecanismos para que os estudantes possam permanecer na universidade e concluir seus estudos, esta não deve se voltar apenas para a parte econômica, sendo assim, importante atentar-se aos aspectos pedagógicos e psicossociais, ou seja, a partir de uma “política pública de Assistência Estudantil não apenas voltada para as questões de subsistência material, mas também preocupada com as questões emocionais, pensando o indivíduo como um todo” (GONÇALVES, 2008; p. 31).

Assim, faz-se imprescindível a efetivação de uma AE de “permanência” que possibilite uma assistência ao estudante, a fim de que ele possa permanecer na universidade e concluir o curso. Neste sentido:

Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos alunos que ingressam na universidade, reduzindo assim, os efeitos das desigualdades apresentadas pelo conjunto de estudantes comprovadamente desfavorecidos e que apresentam dificuldades concretas para prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (FINATTI, 2008; p. 196).

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis<sup>45</sup> (FONAPRACE) teve um enorme papel político e institucional admirável neste processo de luta (VASCONCELOS, 2010), articulando a Assistência Estudantil nas universidades públicas, debatendo e fortalecendo as ações através de pesquisas do perfil dos estudantes das universidades brasileiras realizadas em 1996, 1997, 2003, 2004, 2010 e 2018 (FONAPRACE, 2007; 2008). Valendo pontuar que estas pesquisas:

[...] vieram preencher uma lacuna importante, pois não se conheciam aspectos fundamentais do perfil básico socioeconômico e cultural dos (as) discentes dos cursos de graduação. Ademais era preciso evidenciar, por meio de pesquisas sistemáticas, as recentes mudanças no perfil estudantil (FONAPRACE, 2018; p. 3).

O FONAPRACE atualmente é um dos principais espaços de formulação e reflexão sobre as políticas de Assistência Estudantil no Brasil. Deve-se então,

---

<sup>45</sup> O FONAPRACE é órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Possui atualmente a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES), fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante, na perspectiva do direito social e proporcionar para estes as condições básicas para sua permanência na Instituição. Fonte: <http://www.fonaprace.andifes.org.br>

compreender seu objetivo enquanto entidade:

Seu objetivo é garantir que as políticas estudantis impeçam que vulnerabilidades sociais obstaculizem a fruição do direito à educação. Ou seja, objetiva-se que quaisquer desigualdades<sup>11</sup> não obstem o acesso às oportunidades educacionais (FONAPRACE, 2018; p. 18).

Entende-se que seja necessário “democratizar” o acesso aos estudantes de baixa renda nas universidades. Entretanto, não adianta apenas oportunizar o “acesso”, é necessário criar condições concretas para a permanência desse público. Assim, vale destacar sobre a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES<sup>46</sup>) em 2010.

Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e que representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da Assistência Estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2010; p. 405).

Assim, ao verificar na Constituição Federal, no seu artigo 206, está estabelecido que a educação será ministrada com base em alguns princípios sendo o primeiro: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, na década de 1990, trouxe em seu texto dispositivos que amparam a Assistência Estudantil, onde no artigo 3º, diz "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", reafirmando o exposto sobre o que contem na CF de 1988.

Entretanto, Santos (2010) destaca que:

A igualdade de oportunidade constitui um princípio que tem como objetivo possibilitar a determinados segmentos que se encontram em situação de vulnerabilidade sociocultural, condições equivalentes àquelas que, supostamente, já transitam como sujeitos de direitos. Em tese, por esse princípio, os indivíduos devem partir de uma posição social igual para que consigam atingir seus objetivos pessoais, profissionais, enfim, para que possam, como iguais, se mover no cotidiano (SANTOS, 2010; p. 186).

E para combater tal desigualdade ou ao menos amenizar, o profissional de Serviço Social inserido na política de Educação, buscará:

---

<sup>46</sup> Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

[...] por respostas e soluções que venham sanar e/ou minimizar determinados problemas sociais, como a falta de acesso [...] a recursos que deem condições para que esses alunos/as permaneçam no espaço educacional (MOTA, 2015; p. 3).

Seguindo o exposto acima, ao compreender a desigualdade social existente no campo universitário, o profissional assegurado pela AE busque reduzir os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. Neste sentido, Imperatori (2017) balizado pelas palavras de Vasconcelos (2010), destaca:

[...] compreende que a Assistência Estudantil possibilita os recursos para a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico, o que permite que o estudante desenvolva sua graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando situações de abandono e trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010 *apud* IMPERATORI, 2017; p. 290).

Conforme afirmam Moraes e Lima (2011), o viés assistencial de combate à pobreza, como função específica e prioritária de atendimento às necessidades dos discentes, tende a descaracterizar a assistência como direito social, inserindo-a no campo da filantropia, caridade institucionalizada no âmbito da universidade.

De modo geral, a política de Assistência Estudantil tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada, pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma, pela terceirização dos serviços, na concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, e entre outros.

Por fim, cabe destacar que as ações no âmbito do PNAES aos estudantes não podem limitar-se apenas ao combate à pobreza, por meio de ações que busquem apenas fornecer condições de subsistência, sem atentar para outras formas de vulnerabilidades sociais<sup>47</sup>. E também, ser entendido como parte do processo educativo do estudante universitário<sup>48</sup>, pois será necessário articular-se ao

---

<sup>47</sup> Concordamos com o conceito que o FONAPRACE destaca sobre a “vulnerabilidade social”, sendo assim exposto: “quando se fala em vulnerabilidades em termos gerais, interessa-se pela condição decorrente da pobreza e da privação (ausência de renda, precário ou inexistente acesso aos serviços públicos), da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (FONAPRACE, 2018; p. 18).

<sup>48</sup> Acredita-se que seja necessário inseri-lo na práxis acadêmica, fazendo-o entendê-la como direito social, para poder romper com a ideologia do assistencialismo. (NASCIMENTO, 2010)

ensino, à pesquisa e à extensão, articulando essas três dimensões do fazer acadêmico, no sentido de viabilizar uma atitude transformadora na relação entre estudante/universidade/sociedade.

## 4 “OS VULNERÁVEIS” E O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O SERVIÇO SOCIAL

### 4.1 Procedimentos metodológicos

O método científico consiste em um caminho a ser traçado pelo pesquisador para alcançar o objetivo da pesquisa. Nesse sentido, constitui-se em um instrumento básico que ordena, inicialmente, os procedimentos do cientista ao longo da estrada até atingir o objetivo científico preestabelecido (FERRARI, 1974 *apud* PRODANOV; FREITAS, 2013; p. 24).

O presente estudo assume, a forma de pesquisa bibliográfica, uma vez que, foi elaborado a partir de material publicado de fontes no âmbito do Serviço Social e relacionadas ao tema, conforme aponta Gil (2016), esta modalidade de pesquisa é baseada em materiais impressos, como livros, jornais, revistas, teses e dissertações, anais de eventos científicos, entre outros.

Nesta linha, o trabalho alinhou-se também na pesquisa documental, embora apresenta semelhanças com a pesquisa bibliográfica, se diferencia desta pela natureza das fontes, ou seja, vale-se de todo tipo de documento, com finalidades diversas (GIL, 2016).

Sobre os dados analisados no decorrer do trabalho, foram obtidos por meio da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES publicada pela Andifes no ano de 2018, que tem por objetivo traçar o perfil socioeconômico e cultural dos/as estudantes das universidades federais do Brasil, e juntamente com dados específicos do perfil do estudante da Universidade Federal do Tocantins, apresentados em reunião com os Coordenadores de curso da UFT e cedido pela Pró-Reitoria de Administração e Planejamento - PROAP para o uso nesse trabalho.

Com base nas leituras bibliográficas levantadas e nas análises dos documentos obtidos, o método escolhido de compressão da realidade foi o Crítico Dialético, e no destaque, o presente método também caminha e se articula com o Projeto Ético Político do Assistente Social. Como afirma Triviños (1987),

[...] o método capaz de aprofundar a análise da realidade do fenômeno social, com todas as suas contradições, dinamismo e relações, é o método dialético. Este não é fácil de manejar. Ele, além de exigir capacidade reflexiva ampla, precisa do apoio de vasta informação e de sensibilidade

para captar os significados e explicações dos fenômenos não só a nível de sua aparência, mas também, muitas vezes, de sua essência. (*ibidem*, 1987; p. 151).

Neste caminho, Triviños (1987) acrescenta que

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o materialismo dialético tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é também antiga concepção na evolução das ideias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo (TRIVIÑOS, 1987; p. 59).

É importante atentar-se, que o método não permite neutralidades, tampouco se contenta com o superficial, pois, investigação na totalidade a explicação para a realidade aparente. Konder (2008) destaca este método como meio de conhecer a historicidade dos fenômenos engendrados das contradições, ou seja, entender sua totalidade. Santos (2007) diz que “[...] os métodos são os caminhos facilitadores, em geral, complementares e raramente excludentes”, então acredita-se que pode fazer a equiparação do método a um modelo padrão, ou uma receita, pois deve-se levar a totalidade e não apenas aspectos que estão visualizados superficialmente.

## 4.2 Análises e discussões

Acessar, permanecer e concluir o ensino superior sem alguma ação afirmativa é um obstáculo, principalmente em um sistema de ensino historicamente relacionado com a meritocracia, em especial, para uma classe da sociedade vulnerabilizada.

Vale destacar que a educação ainda não se tornou direito de todos, forjando-se um quadro extremamente injusto e desigual tanto no campo das oportunidades de acesso quanto no campo da qualidade de oferta dos serviços educacionais existentes no país.

Podemos ainda afirmar, que as condições socioeconômicas dos alunos das IES públicas refletem em uma realidade semelhante àquela que é submetida a população brasileira, de **precariedade e desigualdade**.

Assim, um dos fatores de mais destaque para a efetivação do PNAES à categoria estudantil, é de buscar atender aqueles estudantes com renda abaixo de



um salário mínimo, e levando em consideração os dados da pesquisa do FONAPRACE (2018), cerca de 81,9% dos estudantes da região norte do país possuem essa renda *per capita* de um salário mínimo, ponto que, no Brasil, renda e raça têm historicamente determinado quem frequenta ou não o ensino superior.

Nota-se uma definição de Assistência Estudantil restrita a um determinado segmento inserido no corte de renda de um salário mínimo e meio (R\$ 1497,00), presente do artigo 5º do decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, qual seja:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010; p. 01).

Esse decreto do PNAES deixa em aberto outros pré-requisitos para inserção do estudante nos programas de Assistência Estudantil, o que também abre um “sinal amarelo” para a falta de sistematização das ações da política pelas IFES, onde há uma ausência de uniformidade e universalidade das ações que fragiliza a construção e execução dessa política.

Ou seja, o acesso à Assistência Estudantil está fixado a partir de um critério de renda que ainda poderá ser acrescido de outros critérios nas instituições. Isso significa que, não se trata de uma política universal para todos os estudantes de graduação. Ao contrário, há uma restrição significativa dos beneficiários.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES publicada pela Andifes (2018) teve por objetivo mapear o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras no ano de 2018.

Na *tabela 1* apresenta-se a adesão de estudantes na Universidade Federal do Tocantins (UFT)<sup>49</sup> em 2018, dados estes apresentados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST, em reunião com as Coordenações de Cursos da UFT, e a partir de análises realizadas pelo FONAPRACE/ANDIFES também em 2018, é factível perceber que há uma maior entrada de estudantes da rede pública

---

<sup>49</sup> Recomenda-se a leitura do item 3 do trabalho: “Entrei e quero ficar: assistência estudantil e o seu papel no acesso dos estudantes de graduação do Campus Universitário de Miracema”. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaold\\_1112\\_11125c06d8c27e75.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_1112_11125c06d8c27e75.pdf)

de ensino:

Tabela 1 – Graduando (as) da UFT segundo forma de ingresso

Graduandos (as) da UFT segundo forma de ingresso	
Forma de ingresso	UFT
Ampla concorrência	56,9
Cotas	43,1
Total	100
Cota – escola pública	41,3
Cota – Pretos/Pardos/Indígenas	32,5
Cota – renda per capita igual ou inferior a 1,5 SM	23,9
Cota – deficiência	0,8
Altas habilidades/superdotação	0,2

Fonte: Dados apresentados em reunião com os Coordenadores de Curso da UFT - PROAP/UFT, 2019.

Os dados apresentados apenas expõe o maior público que ingressa na universidade: estudantes oriundos de escola pública e negros. Estas que são caracteristicamente uma classe da sociedade que possuem um histórico de renda per capita bem baixa.

No cenário nacional a pesquisa da ANDIFES apresentou que 35,3% dos estudantes ingressantes nas universidades são oriundos de escolas particulares e 64,7% são de escolas públicas, em âmbito micro, na UFT, 41,3% dos estudantes são de escolas públicas, ou seja, dos 4.797 que responderam à pesquisa. Vale destacar, a importância da Lei nº 12.711 (Lei de Cotas), sancionada em 29 de agosto de 2012, que visa a reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. A lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa nº 18/2012 do Ministério da Educação (MEC).

Entretanto, com esta reserva de vagas, criou-se inúmeras possibilidades de acesso ao ensino superior, antes vistas pelos estudantes pertencentes à classe trabalhadora que não teriam a chance de concorrer com quem faz cursinho para o

Enem, como fora de alcance, e agora, se tornam alcançáveis.

Todavia, apesar das contradições referente ao Programa Nacional de Assistência Estudantil, é essencial analisar os reais motivos de ingresso dos estudantes cotistas advindos de escola pública na universidade e a grande procura pelos auxílios oferecidos pela PROEST/UFT, podendo, neste sentido, traçar uma real percepção do **acesso/sucesso** que ela poderá oferecer ao processo de formação no ensino superior.

Assim, como destaca Lima (2018) é por meio das:

[...] ações e programas que estão garantidos no âmbito da Política de Assistência Estudantil, [...] que são desenvolvidas na instituição, acaba contribuindo decisivamente para a permanência destes estudantes na Universidade, e conseqüentemente para a conclusão no respectivo curso de graduação (ibidem, 2018).

Todavia, este público necessita de uma grande atenção e apoio da universidade, pois, estes estudantes enfrentam inúmeros problemas facilmente visualizados, em destaque, a relação às questões objetivas, como as dificuldades financeiras, distância entre a residência e a instituição<sup>50</sup>, questões referentes à saúde e a influência da carga horária do mercado de trabalho, o qual, na maioria dos casos, os estudantes estão inseridos neste, não por opção, mas por necessidade, ou melhor, por questão de sua sobrevivência, até porque, a política de assistência estudantil não garante o suprimento de necessidades para que o estudante se dedique integralmente aos estudos.

A má qualidade do ensino básico brasileiro tem sua participação, faz com que boa parte dos estudantes oriundos de escolas públicas e, principalmente os de menor renda familiar apresentem enorme dificuldade em acompanhar e concluir o curso, isto equivale tanto aos cursos superiores de exatas quanto aos cursos superiores de humanas.

Mas, para que haja uma equidade, é necessário que, a política de Assistência Estudantil possa ser pensada enquanto direito social, universal, não se limitando a mera criação e execução de ações direcionadas aos estudantes de baixa renda (LEITE, 2012), e que atenda todas as demandas, infelizmente as ações são

---

<sup>50</sup> Ao abordar sobre “distância entre residência e instituição” estamos falando sobre a “residência” da qual o estudante teve que deixar, em muitos casos, localizada em outro estado, passando a morar sozinho em um lugar desconhecido, passando a depender totalmente da universidade e de sua força de trabalho. Grifos nossos.

sempre na seletividade direcionadas aos mais vulneráveis em situações críticas, muitas vezes.

E o profissional de Serviço Social inserido nessa política, não deve ser apenas um mero executor da mesma, e como destaca Lima (2018) “[...] o agir profissional deve ir além do simples fato de analisar, deferir ou indeferir os pedidos dos estudantes aos auxílios estudantis que estes espaços disponibilizam”, indo mais além, mesmo que no escuro, “[...] identificar as principais demandas dos estudantes, para que a partir daí, seja possível traçar os caminhos necessários para reduzir as desigualdades sociais dos mesmos (LIMA, 2018).

Ao observar a **tabela 2**, nota-se que existe índices de vulnerabilidade socioeconômica (IVS), assim denominadas de; **Extrema; Alta; Moderada; Baixa; e Muito Baixa**. Para ser “classificado” em um dos itens, é obrigatório que o estudante apresente os documentos necessários para a realização da análise socioeconômica e para a classificação do IVS.

No Edital nº 080/2019 (PISO - Programa de Indicadores Sociais) é descrito a fórmula para obter os níveis de IVS:

9.4.1 Para o cálculo do IVS do (a) estudante serão considerados os seguintes fatores:

- a) Renda bruta familiar mensal;
- b) Número de pessoas do grupo familiar;
- c) Fator (es) agravante (s) da situação socioeconômica do (a) estudante.

9.4.2 Para o cálculo do IVS, será utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{IVS} = \frac{\text{fator} * \text{renda bruta}}{\text{Valor do salário mínimo vigente} * \text{número de pessoas na família}}$$

Fonte: PROEST/UFT, 2019 *apud* Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA)

Processo este que possui caráter divisor, ou seja, se o estudante não apresenta a documentação necessária não será contemplado, e, se, não atender os requisitos presentes no edital, e o cálculo do IVS não atingir os índices de **Extrema** ou **Alta**, o mesmo não será atendido pelo PNAES. Vale resaltar que Estudantes das classes **Moderada, Baixa e Muito Baixa** também são atendidos, entretanto podem não ter acesso a todos os auxílios como as classes **Extrema e Alta**.

Há de se destacar também o Sistema CUBO, Sousa (2019) descreve que este sistema sendo uma:

[...] plataforma onde é disponibilizado o acesso/ingresso aos Programas da Assistência Estudantil da UFT, dentre esses programas destacamos, o

PISO (Programa de Indicadores Sociais), o qual possui a finalidade de realizar a análise socioeconômica previamente de todos os estudantes ingressantes, veteranos e/ou que tenham análise socioeconômica indeferida no sistema CUBO (SOUSA, 2019).

Entretanto, várias críticas são direcionadas à este sistema, uma de maior destaque, está relacionada na dificuldade que muitos estudantes apresentaram em realizar seu cadastro, em especial, por dificuldades relacionadas ao manuseio e dificuldade de acesso aos meios tecnológicos, tais como notebooks, microcomputadores e celulares.

No enfrentamento, a Proest/UFT desde o lançamento do CUBO, trabalha em ações para solucionar as dúvidas dos estudantes calouros e veteranos através de manuais, atendimentos individuais e coletivos. No início de cada semestre realiza em conjunto aos setores de assistência estudantil de cada câmpus da universidade e com as entidades estudantis (Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes) promovendo atividades para orientar os ingressantes a usarem o sistema.

Tabela 2 – Vulnerabilidade socioeconômica dos(as) estudantes nos programas de Assistência Estudantil da UFT

<b>Vulnerabilidade socioeconômica dos(as) dos(as) estudantes nos programas de assistência estudantil da UFT.</b>		
<b>Índice de vulnerabilidade socioeconômico (IVS)</b>	<b>Renda média <i>per capita</i></b>	<b>Quantidade de estudantes</b>
<b>I - Extrema</b>	<b>R\$ 276,00</b>	<b>1937</b>
<b>II – Alta</b>		<b>1102</b>
<b>III - Moderada</b>	<b>R\$ 468,00</b>	<b>294</b>
<b>IV - Baixa</b>	<b>R\$ 685,00</b>	<b>90</b>
<b>V – Muito Baixa</b>	<b>R\$ 840,00</b>	<b>62</b>
		<b>Tot. 3.845</b>

Fonte: Fonte: Dados apresentados em reunião com os Coordenadores de Curso da UFT - PROAP/UFT, 2019.

Nos dados apresentados na **tabela 2**, retirados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES publicada pela Andifes (2018), a UFT possuía cerca de 1937 estudantes com IVS Extremo, dados alarmantes, porém, importantes para compreendermos qual o maior público que necessita da política de Assistência Estudantil.

Estudantes classificados com IVS Extremo<sup>51</sup>, diz respeito à estudantes que possuem renda *per capita* abaixo de um salário mínimo, e condições financeiras mínimas de sobrevivência, ou seja, a universidade passa a ser o único meio de manutenção financeira e entre outras.

Entretanto, vale considerar que, os recursos repassados para a universidade advindos do PNAES, não atendem toda a comunidade acadêmica, em especial, aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. Nos últimos editais referentes aos auxílios estudantis da UFT, no ano de 2019, foram ofertadas 2300 vagas imediatas, sendo 1000 para o Auxílio Alimentação<sup>52</sup> e 1300 para o Auxílio Apoio Pedagógico<sup>53</sup>, mesmo que tenha publicação de edital para vagas remanescentes, quantos estudantes ficam de fora? Sendo que a política de assistência estudantil, deveria atender à todos os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Todavia, cada universidade possui uma autonomia de gestão, para utilizar os recursos disponibilizados para a política de Assistência Estudantil, conforme as suas necessidades e especificidades locais ou não, permitindo que haja uma “maior eficiência”. Isso está de acordo com a Constituição Federal de 1988 que, no seu artigo 207, estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Contudo, o PNAES oferece assistência à moradia, alimentação, transporte, entre outros, sendo beneficiários estudantes que se enquadrem no perfil socioeconômico, prioritariamente aqueles oriundos da rede pública de educação

---

<sup>51</sup> Entende-se que estudantes classificados com IVS Extremo, são, em sua grande maioria, estudantes pertencentes à classe trabalhadora, oriundos das periferias, e, também o primeiro a ter ingressado em uma instituição federal, neste sentido, apresentam grandes dificuldades em relação à educação, como por exemplo, dificuldade na escrita, compreensão dos conteúdos, e tendo que relacionar **trabalho/universidade**.

<sup>52</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **EDITAL N° 119/2019** – PROEST - Programa Auxílio Alimentação 2020.

<sup>53</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **EDITAL N° 122/2019** – PROEST - Programa Auxílio Apoio Pedagógico 2020.

básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Entretanto, o decreto que o regulamenta dá uma autonomia para que a instituição fixe **outros requisitos e metodologias** para incluir/excluir os beneficiários.

Neste sentido, a aplicação da política de Assistência Estudantil não abrange os estudantes ingressos por cota, ou seja, aqueles com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, em sua totalidade. Lembrando que muitos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil ingressaram por ampla concorrência. Porém, por desconhecer dessa política ou por algum outro motivo, do qual não possuímos propriedade para afirmar, não optaram pelas cotas no ato da inscrição, sendo desconsiderados para fins de análise, mas referenciados aqui a título de informação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que seja de extrema importância que a Assistência Estudantil não seja percebida e planejada somente como política destinada a suprir “carências” materiais e financeiras, mas também como sendo capaz de atuar como um programa social eficaz, no sentido de reduzir as desigualdades sociais e educacionais no ambiente universitário, advindas antes do ingresso do estudante na mesma.

Neste sentido, concordamos com o apontamento de Quixabeira (2016; p. 43) quando destaca sobre a execução do PNAES, este que:

[...] visa atender de forma democrática, objetivando a garantia da permanência e conclusão do curso superior em uma universidade pública com os mínimos traços desiguais que possam existir entre estudantes oriundos de classes vulneráveis (*ibidem*, 2016; p. 43).

O recurso financeiro que é destinado para a Assistência Estudantil não pode ser alocado de modo aleatório, entende-se que seja essencial e necessário um novo modelo de AE. No atual modelo, o pouco dinheiro é investido exclusivamente em bolsas estudantis, sendo essas meritocráticas, seletivas e insuficientes para atendimento das demandas dos estudantes. Lima (2018) ressalta:

[...] a Assistência Estudantil, ainda é um grande obstáculo para pensarmos numa Assistência Estudantil universal. Temos, assim como a própria Política Social, uma Assistência Estudantil focalizada, seletista e que não atende na sua totalidade os estudantes de baixa renda. Porém, acaba minimizando as desigualdades sociais e educacionais (LIMA, 2018; p. 106).

Por mais que as bolsas sejam muito importantes na vida acadêmica, não se deve restringir-se apenas nelas, e sim, na promoção visível, tais como restaurantes universitários, moradia estudantil e transporte. Onde estes possam alcançar mais estudantes, de forma democrática e ampla, e assim, contribuir proporcionalmente em mais indícios de permanência.

Não estamos questionando a autonomia dada às instituições quanto à escolha de suas metodologias e ações definidas, precisamos discutir é a real amplitude desse recurso e quais as condições concretas que esse programa oferece na atenção às diversas necessidades dos estudantes.

O CFESS discorre que:



As estratégias de ampliação do acesso à educação escolarizada, em todos os níveis da política educacional, ainda não configuram um efetivo processo de universalização do acesso a esta política, mas uma ampliação desigual em sua escala e, sobretudo, em sua dimensão pública. Está longe, portanto, de ser tomada como uma afirmação da educação pública como um direito social (CFESS, s/d; p. 39).

Este novo modelo de AE precisa levar em consideração as particularidades dos estudantes e a realidade de cada campus universitário, ou seja, custo da alimentação, do aluguel e transporte.

Assim, sugerimos que a atuação do/a assistente social no âmbito da educação, em especial, na Assistência Estudantil, bem como nos demais espaços sócio ocupacionais, não seja limitada em ações focalizadas e isoladas, fundamentadas por “políticas pobres para pobres”, mas que desconsideram as reais necessidades de cada usuário/estudante, uma vez que essas ações não se apresentam como direito social, portanto, são incapazes de garantir a igualdade de oportunidades no acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas instituições públicas de ensino.

Seria de grande relevância o desenvolvimento de outras pesquisas sobre essa temática, principalmente envolvendo estudos sobre a avaliação da política de assistência estudantil, monitoramento e impacto de suas ações na realidade dos estudantes.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir com estudos posteriores sobre um tema tão importante no universo das políticas do ensino superior, a Assistência Estudantil.

Destaca-se também que a presente monografia não pretende esgotar aqui o debate sobre o tema, ao contrário, ela é mais um objeto de indagação do que respostas prontas, e ainda o objeto de pesquisa aqui analisado pode sofrer intercorrências diárias, a modo que novas e futuras pesquisas podem apontar as mudanças sobre a política de assistência estudantil.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES. Maria Beatriz Costa. AS CONTRARREFORMAS DO ENSINO SUPERIOR E A LUTA PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v. 11, n. 1 (13), p. 7-26 jan./ jun. 2012.

ALVES, Andréia Andrade. **“Eu conseguia ligar os pontinhos”**: a relação do Estágio Supervisionado na formação do/a assistente social. 133 f. Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, Tocantins, 2017.

ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. *InformANDES. Informativo nº 62*. Brasília (DF), 2016

ARAÚJO, Fabrícia Silva de; BEZERRA, Juliane Cristina Bispo. **Tendências da Política de Assistência ao Estudante no contexto da Reforma Universitária brasileira**. 2007

BRASIL. **LEI N. 2.497 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1935**. *Organiza o Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo. Disponível em* <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1935/lei-2497-24.12.1935.html>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007**. Dispões as Diretrizes Gerais de Reestruturação e expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 05/12/2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases - LDB. **Lei 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Brasília: 2005.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.824**, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012.

BRASIL. **PORTARIA NORMATIVA nº 18**, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Brasília, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história** – 9ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2)

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de; SANTOS, Rosemeire dos. **A construção do ethos profissional no Serviço Social.** Serviço Social & Realidade, Franca, v. 20, n. 2, 2011.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte; DA COSTA, Renata Maria Paiva. Serviço Social, Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado. In, **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CFESS. **Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** 3. Serie. S/d.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania.** Campinas, São Paulo : Papyrus, 1994.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria nº 18.** Dispõe sobre os critérios para distribuição de bolsas e auxílios para pagamento de taxas escolares no âmbito do Programa de Suporte à Pós-graduação de instituições de Ensino Particulares (PROSUP) e do Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (PROSUC), referente ao período de março de 2020 a fevereiro de 2021. Publicado em 21/02/2020.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria nº 19**. Dispõe sobre os critérios para distribuição de bolsas e auxílios para pagamento de taxas escolares no âmbito do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), referente ao período de março de 2020 a fevereiro de 2021. Publicado em 21/02/2020.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. São Paulo : Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 111).

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Estatuto da ENESSO**. Cuiabá – MT, 2013.

EXECUTIVA NACIONAL D EESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Caderno ENESSO em Versos**. Curitiba – PR, 2019.

FERRARI, J.F. o processo de bolonha e os cortes na educação superior do governo bolsonarista: considerações a partir de textos jornalísticos. In: **Ensaio Pedagógicos** (Sorocaba), vol.3, n.2, mai. - p.69-77. 2019,

FERREIRA, S. Reformas na educação superior: de FHC e Dilma Rousseff (1995-2011). **Revista Linhas Críticas**. Brasília, n.36, p.455-472, 2012.

FERREIRA, S. Reformas na educação superior: novas regulações e a reconfiguração da universidade. **Revista Educação Unisinos**. São Leopoldo, n.1, v.19, p.122-131, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. 1ed. – São Paulo : Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo. 2017. 160p.

FINATTI, Elmer Betty e ALVES, Jolinda de Moraes. Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL – indicadores para a implantação de uma política de Assistência Estudantil. In: KULLMANN, Geila Gonçalves. et al. **Apoio Estudantil: reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

FREITAS, Ivaneide Duarte de; LIMA, Isabelle Cristina Custodio de. O Movimento Estudantil de Serviço Social como instrumento de defesa e reafirmação do Projeto Ético-Político de Serviço Social nas IES Privadas. In: **Políticas públicas no Brasil: exploração e diagnóstico**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos estudantis e Comunitários. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. 2008.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. Uberlândia/MG: FONAPRACE/ANDIFES, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/** Antônio Carlos Gil. 5.ed./8ª. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2016.

GONÇALVES, Geila Kullmann e POZOBON, Luciane. Atendimento psicológico a estudantes universitários: relato de experiência no Ânima – Núcleo de Apoio ao Estudante, da Universidade Federal de Santa Maria. In: KULLMANN, Geila Gonçalves. et al. **Apoio Estudantil: reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica** / Valeria Lucilia Forti, Yolanda Aparecida Demetrio Guerra, organizadoras. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000, 216p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 6°. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 34° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 16. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos; 23 p. 2008.

LEITE, Janete Luzia. **Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?** *In: Ser Social*, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez.2012.

LEORATO, Samara. **O movimento de reconceituação do Serviço Social Brasileiro**. *In: Revista Maiêutica*, Indaial, v. 4, n. 01, p. 25-33, 2017.

LIMA, Kátia. Expansão da Educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In: PEREIRA, Larissa; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (Org.). Coletânea Nova de Serviço Social*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LIMA, Rodrigo Mamédio de. **A política de Assistência Estudantil nas Instituições de Ensino Superior**. Monografia. Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema. 2018.

LUSA, M. G et al. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. *In: R. Katál.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536-547, set./dez. 2019.

MANCEBO, D.; VALE, A.A.; MARTINS, T.B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v.20, n.60, 2015.

MARCELO, J.; CHACON, T.; CALDERON, A.I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**. México, v.6, n.17, 2015.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. – 10. ed. – São Paulo : Cortez, 2008

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação** - 6ªed. - São Paulo : Cortez, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 587-607, set./dez. 2016

MORAES, Michelle Rodrigues; LIMA, Gleyce Figueiredo. **Assistencialização das Políticas Educacionais Brasileiras**. Rio de Janeiro: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2011.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Leslieane. **O protagonismo do movimento estudantil de serviço social brasileiro**: contribuições para a (re)construção da profissão. 2017.

MATTOS, Fernanda. Do conservadorismo à tradição marxista: rumos políticos do Serviço Social na previdência. In **R. Katál.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 182-190, jul./dez. 2015.

NASCIMENTO, C. M. Elementos conceituais para pensar a política de Assistência Estudantil na atualidade. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. **Revista: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012. p.147-57.

ORTIZ, F. S. G. **O Serviço Social e sua imagem**: avanços e continuidades de um processo em construção. 2007. Tese de Doutorado em Serviço Social – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo : Ed. Cortez, 2008.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. Ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, F.C.B.P., QUEIROZ, J.V.; VASCONCELOS, N.V.C.; FURUKAVA, M.; HEKIS, H.R.; PEREIRA, F.A.B. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. **Ensaio: avaliação política pública da Educação**. Rio de Janeiro, v.21, n.79, p.349-370, 2013

QUIXABEIRA, Junha Cacio. **O Acesso e a Permanência de Estudantes com Deficiência na Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema do Tocantins**. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2016.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Política Social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade. In: BOSCHETTI, Ivanete. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Antônio Raimundo. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 7 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social e contemporaneidade: afirmação de direitos e emancipação política? **Revista Ciências Humanas**, UNITAU, v. 1, n. 2, 2008.

SILVA, Lucimara Alexandre da. **Educação contemporânea brasileira e Políticas Públicas Educacionais de acesso ao Ensino Superior**: Um estudo do panorama dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda - RJ, 2015.

SOARES, Raí Vieira. Expansão da educação superior no governo Lula: tendências e contradições. In: **Revista Humanidades e Inovação v.7**, n.6 – 2020.

SOUZA, Iris de Lima. **Dimensão educativa do assistente social na educação escolar**. Disponível em:



<[http://www.unitau.br/scripts/prppg/3%20encontro%20seguro%20social/trabalhos/co/2\\_1\\_0.pdf](http://www.unitau.br/scripts/prppg/3%20encontro%20seguro%20social/trabalhos/co/2_1_0.pdf)> . Acesso em: 10 set. 2019.

SOUSA, Willy Cardoso. Entrei e quero ficar: assistência estudantil e o seu papel no acesso dos estudantes de graduação do campus universitário de Miracema. In **Anais do evento (2019) IX Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) “Civilização ou barbárie: o futuro da humanidade”**. Universidade Federal do Maranhão, 2019.

SOUSA, Willy Cardoso Sousa *et al.* Entrei e quero ficar: assistência estudantil não é assistencialismo. In: **LISTA DE TRABALHOS APROVADOS DO SNFPMESS 2020: A virada agora é preta**. Disponível em: <<https://enessooficial.wordpress.com/trabalhos-snfpmess/>> Rio de Janeiro, 2020.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

VIEIRA, Everaldo. **Estado e miséria social no Brasil**: de Getúlio a Geisel. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945**. In CADERNOS PUC. EDUC-PUC-SP/CORTEZ EDITORA. 1980.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais. **O significado sócio-histórico da profissão**. Org. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. Texto escrito para o curso de especialização *latu senso* em Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológico e as tendências contemporâneas no Serviço Social**. In : Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Org. Yolanda Guerra (*et al.*). Campinas: Papel Social, 2018.